

Matricula — Averbamentos — Anotações  
 Celênia Chapua Abias;  
 Identificação Fiscal: 2453016164;  
 AP.2/2013-05-15 Matricula

Celênia Chapua Abias, solteira, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua do Funchal, Casa n.º 43, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de fabricação de gelados e sorvetes, tem escritório e estabelecimento denominado «Celênia Abias — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
 Cazenga, aos 31 de Maio de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20435-B01)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
 Cazenga**

**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0006.130515;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Carvalho Viera Alfredo Comba, com o NIF 2453016172, registada sob o n.º 2013.2017;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações  
 Carvalho Viera Alfredo Comba;  
 Identificação Fiscal: 2453016172;  
 AP.5/2013-05-15 Matricula

Carvalho Viera Alfredo Comba, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Tala Hadi, Rua B, Casa n.º 89, Zona 19, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio, tem escritório e estabelecimento denominado «Carvalho Comba — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
 Cazenga, aos 31 de Maio de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20436-B01)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
 Cazenga**

**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0004.130515;

- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Fineza Manuel Francisco, com o NIF 2453016881, registada sob o n.º 2013.2015;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações  
 Fineza Manuel Francisco;  
 Identificação Fiscal: 2453016881;  
 AP.3/2013-05-15 Matricula

Fineza Manuel Francisco, solteira, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua do Moncorvo, Casa n.º 157, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de cervejarias e bares, tem escritório e estabelecimento denominado «Fineza Francisco — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
 Cazenga, aos 31 de Maio de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20437-B01)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
 Cazenga**

**CERTIDÃO**

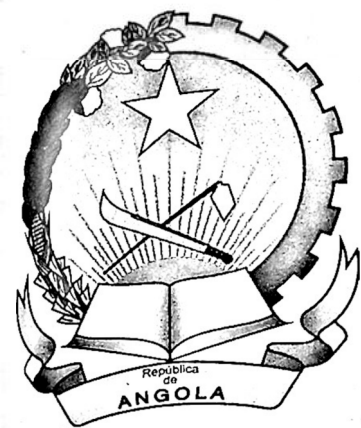
- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0009.130515;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Sílvia Domingos Manuel, com o NIF 2453014706, registada sob o n.º 2013.2020;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações  
 Sílvia Domingos Manuel;  
 Identificação Fiscal: 2453014706;  
 AP.8/2013-05-15 Matricula

Sílvia Domingos Manuel, solteira, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Tala Hadi, Rua A, Casa n.º 785, Zona 19, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio, tem escritório e estabelecimento denominado «Sílvia Domingos Manuel — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
 Cazenga, aos 31 de Maio de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20438-B01)



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 550,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, <a href="http://www.impresnanacional.gov.ao">www.impresnanacional.gov.ao</a> - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	
	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	... Kz: 470 615.00
	A 1.ª série	... Kz: 277 900.00
	A 2.ª série	... Kz: 145 500.00
	A 3.ª série	... Kz: 115 470.00

## SUMÁRIO

S. C. G. P. — Sociedade de Consultoria e Gestão de Projectos, Limitada.

Jomata, Limitada.

Banco Comercial do Huambo, S. A.

Grupo Unanime, Limitada.

EVAPE — Comércio Geral, Limitada.

Casa A. Teles, Limitada.

Vector+, Limitada.

Cívica, Limitada.

Sinosp, Limitada.

MAVEKI — Prestação de Serviços, Construção Civil e Representações, Limitada.

SOCIEMB — Sociedade Angolana de Embalagens, Limitada.

SOCOPEL — Sociedade de Consultoria e Promoção de Empreendimentos, Limitada.

TIMFER — Consultoria e Desenvolvimento de Negócios, Limitada.

COCIGA — Construção Civil e Obras Públicas, Limitada.

Fairplay, Limitada.

Miguel & Fontes, Limitada.

BOUCHIER — Comércio Geral e Construção Civil, Limitada.

SODISGAS — Sociedade de Distribuição de Gás, Limitada.

Jaguimas, Limitada.

Micop, Limitada.

Grupo Mehine Angola, Limitada.

Gerosa Mande & Filhos, Limitada.

Terra Rica, Limitada.

QUALIDADE TOTAL — Prestação de Serviço, Limitada.

MAX-OIL — Prestação de Serviços, Limitada.

Forcepharma Angola, Limitada.

Fazenda Nobrega Frederico (SU), Limitada.

Angobiotech, Limitada.

Fazenda António Naeto (SU), Limitada.

WORKBUILD — Engenharia, S. A.

Ultra Works, Limitada.

SOCEAVE — Sociedade de Exploração Avícola, Limitada.

Organizações Vita & Filhos, Limitada.

Grupo Manuel da Costa António — Agro-indústria, Limitada.

Generis, Limitada.

BOA AMIZADE — Ensino Particular do I, II, e III Níveis, Limitada.

Esmeralda Justina da Cunha.

João Fernando Capir & Filhos, Limitada.

Agro-Pecuária dos Veteranos da Pátria, S. C. R. L.

Direito de Superfície que entre si fazem o Governo da Província de Luanda e Transon, Limitada.

OCTOMAR — Serviços Marítimos, Limitada.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda.

«KIBOR — Prestação de Serviços».

«Organizações Ana Muhon — Comercial».

«FAN — Prestação de Serviços».

«Comércio Campos».

«Organizações L. Chagas».

«MC-David Three In One».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC.

«Ana Caetano da Silva Piedade — Comercial».

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié.

«FIRMA-NOAUSI — Comercial».

Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla.

«S.J.S. — Corporation».

«Rita Fernanda de Paiva Azevedo».

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

«FRANCISCO MUCULO MISSULA — Prestação de Serviços».

«A.J.P.L.C. — Investimentos e Clínica Dentária».

«Silva José Quitanda — Comercial».

«N.F.A.M.M. — Prestação de Serviços».

«ANTONICA MUNDANDA — Comercial».

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge.

«Kabuiko Ndoda».

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico.

«José Carlos Afonso Muvembe».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga.

«Jorge Ramos — Comercial».

«Constantino Fortunato — Comercial».

«Rocha Luis — Comercial».

### S. C. G. P. — Sociedade de Consultoria e Gestão de Projectos, Limitada

Certifico que, com início a folhas 46 do livro de notas para escrituras diversas n.º 1-B, do Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Cessão de quotas na sociedade «S. C. G. P. — Sociedade de Consultoria e Gestão de Projectos, Limitada»

No dia 7 de Novembro de 2013, em Luanda, e no Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, perante a mim, Daniel Wassuco Calambo, o seu respectivo notário compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Georges Favez Choucair, casado, natural de Dakar — Senegal, mas de nacionalidade francesa, residente habitualmente em Luanda, Bairro da Ingombota, Rua Comandante Dack Doy, Casa n.º 19-B, portador do Passaporte n.º 09PL80803, emitido em Luanda, aos 15 de Outubro de 2009, com Autorização de Residência-Tipo B n.º RO10447/00906808, emitido pelo Serviço de Emigração e Estrangeiros, em Luanda, aos 25 de Novembro de 2010, que outorga neste acto em nome e em representação da sociedade por quotas de direito angolano denominada «S.P.F.A. — Sociedade de Participação Financeira Angolana, Limitada», com sede em Luanda, na Rua Rainha Ginga, n.º 31, rés-do-chão, (Tour Elysee), registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 23-03, e «ASC — Angola Steel Corporation, Limitada», com sede em Luanda, no Sector Farol das Lagostas, Comuna Ngola Kiluanje, Município do Sambizanga;

*Segundo:* — Abdel El Hussein Choucair, casado, natural de Dakar-Senegal, de nacionalidade francesa, residente habitualmente em Luanda, Município da Samba, Bairro Azul, Rua Comandante Dack Doy, casa sem número, titular do Passaporte n.º 10CP92476, emitido em Luanda, aos 20 de Setembro de 2010, com Autorização de Residência Temporária n.º RO13381/01201008, emitido pelo Serviço de Emigração e Estrangeiros, em Luanda, aos 19 de Janeiro de 2009, que outorga neste acto em nome e em representação da sociedade anónima denominada «K2L — Capital, S. A.», com sede em Luanda, Rua Rainha Nginga, n.º 29, Edifício Elysee Trade Center, 21.º andar, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 438.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos, a qualidade em que intervêm e a suficiência dos seus poderes para este acto, verifiquei-as em face dos documentos que no fim menciono e arquivo.

E, pelo primeiro outorgante foi dito:

Que, as suas representadas, são ao presente as actuais e únicas sócias da sociedade comercial «S. C. G. P. — Sociedade de Consultoria e Gestão de Projectos» com sede em Luanda, na Rua Rainha Ginga, n.º 150-A, 2.º andar, Município da Ingombota, constituída por escritura de 16 de Dezembro de 2011, lavrada com início a folhas 86 do Livro de Notas n.º 241 do Cartório Notarial do Guiché Único, com capital social de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas distintas uma no valor nominal de Kz: 450.000,00, (quatro centos e cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia «S. P. F. A. — Sociedade de Participação Financeira Angolana, Limitada», e uma quota do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia «ASC — Angola Steel Corporation, Limitada», registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único sob o n.º 2.896-11, com o NIF n.º 5417154199.

Que, em obediência ao estabelecido em Acta Avulsa da Assembleia Geral, datada de 9 de Setembro de 2013, pela presente escritura, praticam os seguintes actos:

Cessão de quotas

O primeiro outorgante, cede a totalidade da quota de Kz: 450.000,00, (quatro centos e cinquenta mil kwanzas), da sua representada «S. P. F. A. — Sociedade de Participação Financeira Angolana, Limitada», a favor da representada do segundo outorgante «K2L — Capital, S. A.».

Que, esta cessão foi feita com todos os seus correspondentes direitos e obrigações e pelo seu valor nominal, pelo que dão a cessão por efectuada.

Que, deste modo a sua representada «S. P. F. A. — Sociedade de Participação Financeira Angolana, Limitada», aparta-se definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar.

Mas, disse ainda o primeiro outorgante: — que a sua também representada «ASC — Angola Steel Corporation, Limitada», renunciou na assembleia supramencionada a seu direito de preferência sobre a quota ora cedida.

Em consequência dos actos precedentes, alteram parcialmente o pacto social no seu artigo 4.º que passa a ter a seguinte nova redacção:

#### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas distintas, sendo uma do valor nominal de Kz: 450.000,00, (quatrocentos e cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia «K2L — Capital, S.A.», e uma quota do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia «ASC — Angola Steel Corporation, Limitada».

Finalmente disseram os outorgantes;

Que continuam firmes e válidas todas as cláusulas não alteradas por esta escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

a) Certidão do Registo Comercial;

b) Acta Avulsa da sociedade para inteira validade deste acto;

c) *Diário da República*.

Aos outorgantes e na presença de ambos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme ao original.

Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba

Kiayi, em Luanda, aos 28 de Novembro de 2013. — A

2.ª Ajudante, *Luísa Constantino dos Santos*.

(13-21079-L01)

### Jomata, Limitada

Certidão composta por 3 folhas, que está conforme o original e foi extraída de folhas do 54 a 56, do livro de notas para escrituras diversas deste Cartório n.º 209-C.

Cartório Notarial da Comarca da Huíla, no Lubango, aos 18 de Abril de 2013. — O notário, ilegível.

Constituição da sociedade «Jomata, Limitada».

No dia 18 de Abril de 2013, nesta Cidade do Lubango, e no Cartório Notarial da Comarca da Huíla, a meu cargo, perante mim, Luís Tavares Monteiro de Carvalho, Notário do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Jorge André Mucuta, casado, sob o regime de comunhão de adquiridos com Dengue Jony Manuela Mucuta, natural da Matala, Província da Huíla, residente nesta Cidade do Lubango, titular do Bilhete de Identidade n.º 000454179HA031, emitido pelo Arquivo de Identificação Nacional, aos 7 de Setembro de 2012;

*Segundo:* — Dengue Jony Manuela Mucuta, casada com o ora primeiro outorgante, natural da Caala, Província do Huambo, residente nesta Cidade do Lubango, titular do Bilhete de Identidade n.º 001474748HO039, emitido pelo Arquivo de Identificação Nacional, aos 3 de Maio de 2011;

Verifiquei e certifico a identidade dos outorgantes em face dos seus mencionados documentos pessoais, do que dou fé.

E, por eles outorgantes foi dito:

Que encontrando-se em pleno acordo decidiram constituir e efectivamente pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que será regida pelas cláusulas e condições constantes da articulação seguinte:

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Jomata, Limitada», e terá a sua sede no Município do Lubango, Bairro da Casa Verde, podendo abrir filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação, dentro do território nacional angolano ou no estrangeiro, onde e quando convier aos negócios da sociedade.

2.º

É constituída por tempo indeterminado, mas juridicamente a sua existência conta-se a partir de hoje.

3.º

O seu objecto social é o comércio geral a grosso e a retalho, construção civil e obras públicas, hotelaria e turismo, cyber café, panificação, prestação de serviços, formação profissional, contabilidade, escola de condução, salão de beleza, venda de material de construção, centro infantil, segurança privada, estudo de viabilidade, concessionária de combustíveis e seus derivados, agricultura, pecuária, pesca e comercialização, armazenista, farmácia, consultório, *rent-a-car*, venda de viaturas e seus acessórios, agência de viagens, exploração mineira, recauchutagem, oficina geral, fiscalização, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, desde que seja acordado pelos sócios e permitido por lei.

4.º

O seu capital social é da quantia de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado e dividido em duas quotas iguais do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencente a cada um dos sócios Jorge André Mucuta e Dengue Jony Manuela Mucuta, respectivamente.

5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido ao outro sócio se aquela dele não quiser fazer uso.

6.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, bem como a sua representação, em juízo e fora dele activa e passivamente, será exercida pelo sócio Jorge André Mucuta, que desde já fica nomeado gerente com dispensa de caução, sendo necessárias as duas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente nas suas ausências ou impedimentos poderá no todo ou em parte delegar os seus poderes de gerência a outra sócia ou em pessoas estranhas à sociedade, devendo para o efeito outorgar o necessário instrumento de mandato.

2. Fica expressamente proibido a gerência obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.



7.º

A sociedade nunca se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios, devendo continuar a sua existência jurídica com o sócio sobrevivente ou capaz e os herdeiros do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

8.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescrever outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas e dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência. Se porventura qualquer um dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para permitir a sua comparência.

9.º

Os anos sociais serão os civis e em cada ano social far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado reportadamente até ao dia 31 de Dezembro do ano a que disser respeito.

10.º

Os lucros líquidos que serão apurados em cada balanço depois de deduzida a percentagem de 5% para o fundo de reserva legal e outras percentagens que forem criadas em Assembleia Geral, o remanescente será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas. Na mesma proporção serão suportados os prejuízos quando os houver.

11.º

Para resolverem todas as questões emergentes e atinentes ao presente contrato, estipulam o Foro do Juízo da Comarca da Huíla, com expressa renúncia a qualquer outro.

12.º

No omisso regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais disposições aplicáveis vigentes e a vigorar no País.

Assim o disseram e outorgaram.

Instrui o acto, certificado de admissibilidade passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 18 de Janeiro de 2013 e arquivo-o neste Cartório.

Foi lida em voz alta e clara a presente escritura, explicado o seu conteúdo e efeitos, na presença dos outorgantes, os quais assinam comigo Notário.

(14-0542-L02)

**Banco Comercial do Huambo, S. A.**

Certifico que, com início a folhas 68, do livro de notas para escrituras diversas n.º 983-B, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Aumento do capital social e alteração parcial do estatuto social da sociedade «Banco Comercial do Huambo, S.A.»  
No dia 2 de Dezembro, de 2013, em Luanda, em 1.º Cartório Notarial, perante mim, o respectivo Notário Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitônga, compareceu como outorgante:

Natalino Bastos Lavrador, casado, natural de Pombal, mas de nacionalidade angolana, residente em Luanda, Município da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Comandante Dangereux, n.º 111, r/c, titular do Bilhete de Identificação n.º 000251929OE031, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 27 de Setembro de 2011, que outorga na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, em nome e representação da sociedade comercial sob a denominação de «Banco Comercial do Huambo, S.A.», de acordo com a Acta Avulsa n.º 3/2011, da Assembleia Geral da referida sociedade, realizada aos dias do mês de Agosto de 2013.

Verifiquei a identidade do outorgante pelos mencionados documentos a qualidade que intervêm e a suficiência dos poderes para o presente acto, verifiquei-os em face dos documentos que adiante menciono para os devidos efeitos e arquivo;

E pela outorgante foi dito:

Que, a sua representada, sociedade comercial sob a denominação «Banco Comercial do Huambo, S. A.», com sede no Huambo, na Avenida da Independência, n.ºs 11 e 13, constituída por escritura de 17 de Junho de 2009, lavrada no início a folhas 37, do livro de notas para escrituras diversas n.º 6-F, 2.ª série, do 3.º Cartório Notarial de Luanda e registada na Conservatória do Registo Comercial do Huambo, sob o n.º 1.222, a folhas 176, verso, do livro C-3, com o capital social de Kz: 1.500.000.000,00, dividido e representado por 1:500.000 acções no valor nominal de Kz: 1.000,00 cada, a outorgante afirma sob sua responsabilidade, estar totalmente subscrito e realizado em dinheiro, pelos accionistas fundadores;

Que, pela presente escritura e conforme deliberado constante da Adenda à Acta de Assembleia Geral acima mencionada, e devidamente autorizada, no uso dos poderes que lhe foram conferidos, procede o aumento do capital social da referida sociedade, dos actuais Kz: 1.500.000.000,00 (Um bilhão e quinhentos milhões de kwanzas), para Kz: 2.265.249.000,00 (dois bilhões duzentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e nove mil kwanzas), sendo a importância do aumento de Kz: 765.249.000,00 (setecentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e nove mil kwanzas), perfazendo um total de 2.265.249 acções com o valor nominal de Kz: 1.000,00 cada uma;

Em consequência do acto precedente, altera os artigos 2 do artigo 5.º e o artigo 6.º do estatuto, que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 5.º

1. O capital social é de Kz: 2.265.249.000,00 (dois biliões duzentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e nove mil kwanzas), totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

2. O capital social encontra-se dividido e representado por 2.265.249 acções emitidas ao par, no valor nominal de Kz: 1000,00 cada uma.

ARTIGO 6.º

1. Os títulos representativos das acções serão de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1.000, 5.000.00 e 10.000 acções ou quaisquer outros múltiplos que sejam deliberados pelo Conselho de Administração.

2. Inalterado.

3. Inalterado.

4. Inalterado.

5. Inalterado.

6. Inalterado.

Finalmente disse que, mantém válida e inalteradas as restantes cláusulas do estatuto da sociedade;

Assim o disse e outorgou.

Arquivo os seguintes documentos:

a) *Diário da República*;

b) Certidão comercial e acta avulsa da Assembleia Geral n.º 2/2013, realizadas aos dias 8 de Agosto de 2013;

c) Autorização de aumento do capital social da sociedade, emitido Banco Nacional de Angola.

Em voz alta e na presença da outorgante fiz a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, e adverti ao outorgante de que este acto deve ser registado no prazo de 90 dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 18 de Dezembro de 2013. — A Ajudante, *Luzia Maria J. Quiteque Zamba*. (14-0546-L01)

**Grupo Unanime, Limitada**

Certifico que, de folhas 9 a 10, do livro de notas para escrituras diversas n.º 472-A deste Cartório Notarial, encontra-se lavrada a escritura de teor seguinte:

Constituição da sociedade denominada «Grupo Unanime, Limitada».

No dia 13 de Dezembro de 2013, em Luanda, e no 4.º Cartório Notarial da Comarca, perante mim, Notário, *Guimarães Martinho João da Silva*, compareceram como outorgantes:

*Primeiro*: — Custódio João Benji, casado com Isabel Maria de Paiva Santos Benji, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Quibaxe, Dembos, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, Rua Vila Gega, n.º 98, Zona 3, Bairro Samba, Distrito da Samba, titular do

Bilhete de Identidade n.º 000011977BO017, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 16 de Maio de 2011.

*Segundo*: — Isabel Maria de Paiva Santos Benji, casada com primeiro outorgante sob regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Rua Vila da Gega, n.º 98, Zona 3, Bairro e Distrito da Samba, titular do Bilhete de Identidade n.º 000059020LA035, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 21 de Maio de 2009.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos de identificação.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura é constituída entre si, uma sociedade por quotas, denominado «Grupo Unanime, Limitada», com sede em Luanda, na Rua Vila da Gega, Casa n.º 98, Projecto Cajueiro, Distrito da Samba com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Custódio João Benji, e outra no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Isabel Maria Paiva Santos Benji.

Que a sociedade ora constituída tem por objecto social o previsto no artigo 4.º do seu estatuto e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado em separado nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro-Lei da Simplificação e Modernização dos actos Notariais, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo pelo que é dispensada a sua leitura:

Assim o disseram e outorgaram;

Arquivo os seguintes documentos:

a) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações, em Luanda, aos 10 de Dezembro de 2013;

b) Comprovativo do depósito do capital social;

c) Documento complementar que atrás se faz alusão.

Finalmente, aos outorgantes e na sua presença, fiz em voz alta a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo com a advertência da obrigatoriedade de requerer o registo deste acto no prazo de 90 dias a contar desta data.

É certidão que fiz extrair que vai conforme o original de que me reporto.

4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, aos 16 de Dezembro de 2013. — O Ajudante do Notário, *Nelson André*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE  
GRUPO UNANIME, LIMITADA**

**ARTIGO 1.º  
(Denominação)**

A sociedade é comercial, sob o tipo de sociedade por quotas e adopta a denominação de «Grupo Unanime, Limitada».

ARTIGO 2.º  
(Sede)

A sociedade tem a sua sede na Casa n.º 98, Rua da Gepa, Projecto Cajueiro, Província de Luanda, podendo abrir filiais, sucursais e outras formas de representação dentro do País, de acordo com a vontade dos sócios e desde que a lei o permita.

ARTIGO 3.º  
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado e o seu começo é a partir da data da assinatura da respectiva escritura pública.

ARTIGO 4.º  
(Objecto social)

O objecto da sociedade é o exercício de actividades ligadas a prospecção, exploração e comercialização de recursos minerais, obras públicas e construção civil, comercialização de materiais de construção, prestação de serviços, comércio geral, transporte de passageiros e de carga seca, líquida e gasosa, agro-pecuária, indústria têxtil e transformadora, importação e exportação, gestão de negócios, representação, mediação e intermediação comercial, comércio internacional, hotelaria e similares, agência de viagens e turismo, serviço de segurança e protecção privada, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei, bem como participar em agrupamentos complementares de empresas, assim como em quaisquer sociedades.

ARTIGO 5.º  
(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Custódio João Benji, e outra no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Isabel Maria Paiva Santo Benji.

ARTIGO 6.º  
(Administração e gerência)

1. A administração da sociedade, bem como a sua representação, incumbe ao sócio Custódio João Benji, que fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente pode delegar mesmo em pessoa estranha a sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos, aos negócios sociais, tais como letras, fiança, ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º  
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas é livre, carecendo no entanto de consentimento da sociedade a não sócios, tendo caso os sócios direito de preferência.

ARTIGO 8.º  
(Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples carta registada, dirigida aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência, devendo constar do respectivo aviso o dia, hora e local e ordem de trabalhos.

ARTIGO 8.º  
(Lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para fundos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º  
(Falecimento de sócio)

1. A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer sócio, continuando com o sobrevivente e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito.

2. Os representantes da quota em situação de indivisão hereditária ou contitularidade deverão nomear um representante.

ARTIGO 10.º  
(Dissolução)

Em caso de dissolução, a liquidação da sociedade será efectuada pelo gerente à data da dissolução, adjudicando-se o activo social por licitação entre os sócios, depois de pagos os credores.

ARTIGO 11.º  
(Casos omissos)

No omissos regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação em vigor.

14-0549-L01

**EVAPE — Comércio Geral, Limitada**

Certifico que, de folhas 114 verso, do livro de notas para escritura diversas n.º 1-A, do 1.º Cartório Notarial da Comarca do Kunene, se acha exarada uma escritura do teor seguinte:

Escritura de constituição da sociedade «EVAPE — Comércio Geral, Limitada».

No dia 11 de Outubro de 2011, nesta Cidade de Ondjiva e no Cartório Notarial da Comarca do Kunene, perante mim, Mesaque Toni Zeferino, Notário-Adjunto deste Cartório, a cargo do Notário, Domingos Pedro Kahala compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Eduardo Jackson dos Santos Pearson, solteiro, maior, natural de Lubango, Província da Huíla.

Portador do Bilhete de Identidade n.º 000111314HA020, Passado pelo Arquivo de Identificação de Luanda, aos 16 de Abril de 2009, residente actualmente em Ondjiva, Província do Kunene;

Segunda: — Evadia Fátima Walumba, solteira, maior, natural de Namibe, Província do Namibe, portadora do Bilhete de Identidade n.º 001509743NE035, passado pelo Arquivo de Identificação de Luanda, aos 10 de Novembro de 2006, residente habitualmente em Ondjiva, Província do Kunene;

Verifiquei e certifico a identidade dos autorgantes pelas fotocópias dos seus documentos pessoais.

E, por eles outorgantes foi dito:

Que encontrando-se em pleno acordo decidiram constituir e efectivamente pela presente escritura, constituem entre si, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que será regida pelas cláusulas e condições constantes da articulação seguinte:

1.º

A sociedade adopta a denominação de «EVAPE — Comércio Geral, Limitada» e terá a sua sede em Ondjiva, Província do Kunene, podendo abrir filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação, dentro do território nacional angolano, onde e quando convier aos negócios da sociedade.

2.º

É constituída por tempo indeterminado mas juridicamente a sua existência conta-se a partir de hoje.

3.º

O seu objecto social é o exercido da actividade principal comércio geral, grosso e a retalho, hotelaria e turismo, prestação de serviços, boutique, moda e confeições, panificadora, transporte de mercadorias diversas, venda de material de informática, agência de viagem, agro-pecuária, pesca, caça, transporte, rent-a-car, indústria, construção civil e obras públicas, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, desde que seja acordado pelos sócios e permitido por lei.

4.º

O seu capital social é da quantia de cento e cinquenta mil kwanzas, integralmente realizado em dinheiro, representado e dividido em duas quotas, assim distribuída: uma quota no valor nominal de Kz: 75.000,00, pertencente ao sócio Eduardo Jackson dos Santos Pearson e outra no valor nominal de Kz: 75.000,00, pertencente à sócia Evadia Fátima Walumba.

5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas, quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade,

à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido ao outro sócio se aquela dele não quiser fazer uso.

6.º

A gerência e a administração da sociedade em todos os seus actos e contratos bem como a sua representação em juízo e fora dele activa e passivamente serão exercidas pelos dois sócios Eduardo Jackson dos Santos Pearson e Evadia Fátima Walumba gerente e sub-gerente, com dispensa de caução, sendo necessário duas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

O sócio-gerente nas suas ausências ou impedimentos poderá no todo ou em parte delegar os seus poderes de gerência aos outros sócios ou em pessoas estranhas à sociedade, devendo para o efeito outorgar o referido instrumento legal.

Fica expressamente proibido o sócio obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

7.º

A sociedade nunca se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios devendo continuar a sua existência jurídica com o sócio sobrevivente ou capaz e os herdeiros do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomearem um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

8.º

As Assembleias Gerais quando a lei não prescrever outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas e dirigidas às sócias com pelo menos quinze dias de antecedência. Se por ventura qualquer um dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para permitir a sua comparência.

9.º

Os anos sociais serão os civis e em cada ano social far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado reportadamente até ao dia 31 de Dezembro do ano a que disser respeito.

10.º

Os lucros líquidos que serão apurados em cada balanço depois de deduzida a percentagem de 30% para o fundo de reserva legal e outras percentagens que forem criadas em Assembleia Geral, o remanescente será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas. Na mesma proporção serão suportados os prejuízos quando os houver.

(14-1679-L01)

**Casa A. Teles, Limitada**

Certifico que, de folhas 51 a 52, do livro de notas para escrituras diversas com o n.º 467-A, deste Cartório Notarial, encontra-se lavrada e registada a escritura de teor seguinte:

Constituição da sociedade por quotas denominada «Casa A. Teles Limitada».

Aos 18 de Outubro de 2013, em Luanda e no 4.º Cartório Notarial da Comarca, sito na Rua de Lobito, n.º 34, perante mim, Guimarães Martinho João da Silva, notário, compareceram como outorgantes:

**Primeiro:** — António da Rosa dos Santos Teles, casado com Carla Patrícia António Júnior Teles, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, na Rua do Andulo s/n.º, Bairro Neves Bendinha, Distrito do Kilamba Kiaxi, Município de Belas, titular do Bilhete de Identidade n.º 000429272LA032, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil em Luanda, aos 20 de Novembro de 2007;

**Segundo:** — Nelson de Jesus Lemos, solteiro, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, na Rua António F. de Castilho, n.º 155, Zona 11, Bairro Nelito Soares, Distrito do Rangel, Município de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 000114981LA031, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil em Luanda, aos 18 de Fevereiro de 2009.

Verifiquei a identidade dos outorgantes, mediante exibição dos seus bilhetes de identidade.

E disseram os outorgantes:

Que pela presente escritura constituem entre si, uma sociedade por quotas denominada «Casa A. Teles, Limitada», com sede social em Luanda, na Rua Machado Saldanha, Bairro Neves Bendinha, Distrito do Kilamba Kiaxi, Município de Belas, Província de Luanda, com o capital social de Kz: 110.000,00 (cento e dez mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido por duas quotas e representado do seguinte modo: uma quota no valor nominal de Kz: 95.000,00 (noventa e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio António da Rosa dos Santos Teles e outra no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), pertencente ao sócio Nelson de Jesus Lemos, respectivamente.

Que a dita sociedade tem por objecto social, o previsto no artigo 3.º do pacto social e, reger-se-á pelas disposições constantes do documento complementar elaborado em separado nos termos e para efeitos do n.º 2, do artigo 55.º, da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviços Notarial, que passa a fazer parte integrante desta escritura e que eles declaram já haver lido, tendo deste modo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que dispensam a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruíram este acto:

- a) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central das Denominações Sociais, aos 2 de Outubro de 2012;

- b) Comprovativo de depósito do capital social;
- c) Documentos complementares.

Finalmente, lida e explicado o seu conteúdo por responder a vontade firme e esclarecida das partes, a presente escritura ser assinada pelos intervenientes e mim notária-adjunta, com advertência da obrigatoriedade de se requerer o registo do acto no prazo de 90 dias, a contar da presente data.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 21 de Outubro de 2013. — O 2.º ajudante de notário ilegível.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE CASA A. TELES, LIMITADA

### ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Casa A. Teles Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Machado Saldanha, Casa 357, Bairro Neves Bendinha, Município de Luanda, Distrito do Kilamba Kiaxi, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

### ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se a partir do início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

### ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, aluguer de máquinas e camiões, trabalho de construção, aterros sanitários, hotelaria e turismo, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, cultura, informática, telecomunicações, construção civil, obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecção de transportes, marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiros, botequim, assistência técnica, comercialização de produtos de limpeza e lubrificantes, exploração de bombas de combustível, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, reparação de veículos, pastelaria e panificação, exploração de parques públicos, diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação de mercadorias, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitida por lei.



**ARTIGO 4.º**  
(Capital)

O capital social é de Kz: 110.000,00 (cento e dez mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 95.000,00 (noventa e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio António da Rosa dos Santos Teles, e outra no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), pertencente ao sócio Nelson de Jesus Lemos, respectivamente.

**ARTIGO 5.º**  
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

**ARTIGO 6.º**  
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio António da Rosa dos Santos Teles, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade:

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

**ARTIGO 7.º**  
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

**ARTIGO 8.º**  
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

**ARTIGO 9.º**  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 10.º**  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a

liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

**ARTIGO 11.º**  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

**ARTIGO 12.º**  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ARTIGO 13.º**  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

**ARTIGO 14.º**  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-1680-L01)

**Vector+, Limitada**

Certifico que, de folhas 7, verso, do livro de notas para escritura diversas n.º 1- A, do 1.º Cartório Notarial da Comarca do Kunene, se acha exarada uma escritura do teor seguintes:

Escritura de constituição de sociedade «Vector+, Limitada».

No dia 23 de Janeiro de 2014, nesta Cidade de Ondjiva e no Cartório Notarial da Comarca do Kunene, a cargo de Mesaque Toni Zeferino, Notário-Adjunto do Cartório Notarial da Comarca do Cunene, perante mim Adjisa Juliana Matos Hayes, Oficial Auxiliar de Notário de 2.ª Classe, do referido Cartório compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — João Manuel Caetano Barroca, Contribuinte n.º 103427562BA0320, solteiro, maior, natural de Lobito, Província de Benguela, residente em Luanda, Bairro Kilamba Kiaksi, Rua Teixeira de Sousa, n.º 85, Zona 20, titular do Bilhete de Identidade n.º 003427562BA032, emitido pelo Arquivo de Identificação de Luanda, em 17 de Outubro de 2008;

*Segundo:* — Mário António, Contribuinte n.º 102709490KS0323, solteiro, natural de Quibala, Província do Kwanza-Sul, residente em Luanda, Bairro Golf II, Casa n.º 128, Zona 20 titular do Bilhete

de Identidade n.º 002709490KS032, emitido pelo Arquivo de Identificação de Luanda, aos 27 de Maio de 2013;

Verifiquei e certifico a identidade de todos os outorgantes pelas fotocópias dos seus documentos pessoais.

E, por eles outorgantes foi dito:

Que encontrando-se em pleno acordo decidiram constituir e efectivamente pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que será regida pelas cláusulas e condições constantes da articulação seguinte:

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Vector+, Limitada» e terá a sua sede em Ondjiva, Província do Kunene, podendo abrir filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação, dentro do território nacional angolano, onde e quando convier aos negócios da sociedade.

2.º

É constituída por tempo indeterminado, mas juridicamente a sua existência conta-se a partir de hoje.

3.º

O seu objecto social comércio geral, indústria, hotelaria e turismo, construção civil e obras públicas, prestação de serviço, representações comerciais, consultoria, agro-pecuária, protecção e segurança, escolta de valores, formação profissional, transportes, *rent-a-car*, agência de viagens, promoção de eventos infantis, viaturas e seus acessórios, saneamento básico, terraplanagem, recauchutagem, oficina, concessionaria de combustíveis e seus derivados, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, desde que seja acordado pelos sócios e permitido por lei.

4.º

O seu capital social é da quantia de cem mil kwanzas, integralmente realizado em dinheiro, representado e dividido em duas quotas, assim distribuída uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00, correspondente a 90% do capital social, pertencente ao primeiro sócio João Manuel Caetano Barroca, uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00, correspondente a 10% do capital social, pertencente o segundo sócio Mário António.

5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido ao outro sócio se aquela dele não quiser fazer uso.

6.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, bem como a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas

pelo sócio João Manuel Caetano Barroca, que desde já foi nomeado gerente com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente nas suas ausências ou impedimentos poderá no todo ou em parte delegar os seus poderes de gerência aos outros sócios ou em pessoas estranhas à sociedade, devendo para o efeito outorgar o referido instrumento legal.

2. Fica expressamente proibido aos sócios obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios da sociedade tais como letras de favor, fianças.

7.º

A sociedade nunca se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios devendo continuar a sua existência jurídica com o sócio sobrevivente ou capaz e os herdeiros do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomearem entre si um representante comum, o qual representará a sociedade em todos os actos e contratos enquanto a quota se mantiver intacta.

8.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescrever outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas e dirigidas aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência. Se porventura qualquer um dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para permitir a sua comparência.

9.º

Os anos sociais serão os civis e em cada ano social far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado reportadamente até ao dia 31 de Dezembro do ano a que disser respeito.

10.º

Os lucros líquidos que serão apurados em cada balanço depois de deduzida a percentagem de 5% para o fundo de reserva legal e outras percentagens que forem criadas em Assembleia Geral, o remanescente será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas. Na mesma proporção serão suportados os prejuízos quando os houver.

11.º

Para resolverem todas as questões emergentes e atinentes ao presente contrato, estipulam o Foro do Juízo da Comarca do Kunene, com expressa renúncia a qualquer outro.

12.º

No omissio regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais disposições aplicáveis vigentes e a vigorar no País.

Assim o disseram e outorgaram.

Foi lida em voz alta e clara a presente escritura, explicado o seu conteúdo e efeitos, na presença dos outorgantes, os quais assinam comigo Notário.

Adverti aos outorgantes que deverão proceder o registo do presente acto na Conservatória competente no prazo de 90 dias.

(14-1681-L01)

### Cívica, Limitada

Cessão, divisão de quotas, admissão de novo sócio e alteração parcial do pacto social na sociedade «Cívica, Limitada».

Certifico que, no dia 3 de Julho de 2013, nesta Cidade de Luanda e no 2.º Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Visitação de Fátima Simões Xavier Belo Andrade, Pós-Graduada em Registos e Notariado, Notária do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Nito António João Sebastião, solteiro, maior, natural dos Dembos, Província do Bengo, reside habitualmente em Luanda, Bairro Hoji-ya-Henda, casa s/n.º, Zona 17, Cazenga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000068326BO011, emitido em Luanda, aos 29 de Junho de 2011;

*Segundo:* — Joaquim Borges Sebastião, casado com Vânia Manuela Rodrigues Madeira Sebastião, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde habitualmente reside, Bairro Nelito Soares, Rua da Liberdade, Casa n.º 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 000055309LA013, emitido em Luanda, aos 5 de Novembro de 2011;

*Terceiro:* — Valentin Malinescu, casado com Cristina Malinescu, sob o regime de comunhão de adquiridos, de nacionalidade roménia, natural de Bacau, residente habitualmente em Luanda, Distrito da Samba, Rua Direita da Samba, Zona 3, conforme autorização de residência Cartão n.º PO31371/02599208, emitido pelo SME em Luanda, aos 14 de Setembro de 2012, titular do Passaporte n.º 050569634, emitido em Bacau, aos 7 de Fevereiro de 2011.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos documentos de identificação acima referidos.

E, pelo primeiro e segundo outorgantes foi dito:

Que, são os actuais sócios da sociedade por quotas denominada «Cívica, Limitada», com sede social em Luanda, Município do Rangel, Bairro Vila Alice, Rua da Liberdade, Casa n.º 3, pessoa colectiva e registada como contribuinte sob o n.º 5417150835 e registada sob o n.º 2.558-11 na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único, constituída por escritura de 9 de Novembro de 2011, exarada com início a folhas 99 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 67-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa em Luanda, com o capital social de cem mil kwanzas, realizado em dinheiro e demais valores do activo social, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos referidos sócios.

Que, em Assembleia Geral de 19 de Junho de 2013, ficou deliberado pelos sócios a cessão de quotas, admissão de novo sócio, bem como a alteração parcial do pacto social.

Nestes termos, o primeiro outorgante, cede a totalidade da sua referida quota, a favor do terceiro outorgante, que é admitido para a sociedade como novo sócio, com todos os correspondentes direitos e obrigações, pelo respectivo valor nominal, quantia já paga pelo cessionário, pelo que lhe dá a correspondente quitação, afastando-se deste modo definitivamente da sociedade.

Que, o segundo outorgante, titular de uma quota de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), divide-a em duas novas, sendo uma de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) que reserva para si e outra no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas) que cede a favor do terceiro outorgante.

Pelo terceiro outorgante foi dito:

Que para si aceita as cessões de quotas nos termos exarados, sendo que unifica numa única quota.

Que sendo agora o segundo e terceiro outorgantes, os actuais sócios da sobredita sociedade, em consequência dos actos supra descritos, altera parcialmente o pacto social, somente os artigos 4.º e 6.º, que passam a ter a seguinte nova redacção:

#### ARTIGO 4.º

O capital social é de cem mil kwanzas, integralmente realizado em dinheiro e demais valores do activo social, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Valentin Malinescu e outra no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Joaquim Borges Sebastião.

#### ARTIGO 6.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, incumbe ao sócio Valentin Malinescu, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

Que as demais cláusulas não alteradas por esta escritura, continuam firmes e válidas.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo os seguintes documentos:

- Acta avulsa já mencionada no teor da escritura;
- Certidão comercial da sociedade.

Aos outorgantes, em voz alta e na presença de todos fiz a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo, advertindo-os de que deverão proceder o registo obrigatório deste acto no prazo de 90 dias.

Selo do acto Kz: 1.000,00.

É certidão que fiz extrair, vai conforme o original a que me reporto.

2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 15 de Julho de 2013. — A Ajudante Principal, *Maria de Lourdes Tomavinda Cristóvão*.

(14-1682-L01)

### Sinosp, Limitada

Certifico que, neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas n.º 60, de folhas 50 a 51 verso, se encontra exarada a escritura do seguinte teor:

Constituição de sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação de «Sinosp, Limitada», com sede no Luena-Moxico.

No dia 15 de Novembro de 2013, nesta Cidade do Luena e no Cartório Notarial da Comarca do Moxico, perante mim José Rodrigues Vieira, Notário da mesma Comarca, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Abraão Segunda, solteiro, maior, natural de Luena, Província do Moxico, titular do Bilhete de Identidade n.º 83635MO011, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 20 de Setembro de 2010, residente nesta Cidade do Luena, no Bairro N'zaji, que outorga por si e em representação de sua filha menor de idade, Deusdidite Nalumingo Daniel Segunda, consigo convivente.

Verifiquei a identidade do outorgante e a da sua representada pelos já mencionados documentos.

E, disse o outorgante:

Que, pela presente escritura, constitui entre si e sua filha menor de idade, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Sinosp, Limitada», tem a sua sede na Cidade do Luena-Moxico, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), constituído e representado por duas quotas iguais, e do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos sócios Abraão Segunda e Deusdidite Nalumingo Daniel Segunda, respectivamente.

Que a sociedade tem como objecto social a prestação de serviços e comércio geral, transporte de passageiros e mercadorias, indústria, hotelaria e turismo, agro-pecuária, construção civil, fiscalização de obras públicas, exploração de inertes, piscicultura, recolha de resíduos sólidos, fornecimentos de materiais de escritórios, informáticos, requalificação dos solos para habitação social, limpeza geral, lavandaria industrial, caixilharia e alumínio, mecânica, serralharia e carpintaria, manutenção de espaços verdes, livraria, venda de material escolar, fornecimento da merenda escolar, empresa de segurança, venda de acessórios de automóveis, compra e venda de lubrificantes inclusive gás butano, importação e exportação e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei de Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, n.º 1/97, de 17 de Janeiro do mesmo ano, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes

declaram de o terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que, é dispensada a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Arquivo para instrução do acto os seguintes documentos:

a) Documento complementar a que atrás se fez alusão, rubricado e assinado pelos outorgantes e pelo mim Notário;

b) Certificado de Admissibilidade, passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 5 de Novembro do ano em curso.

Adverti o outorgante que o registo deste acto deve ser requerido no prazo de 3 meses, a contar de hoje.

Esta escritura, foi lida ao outorgante e ao mesmo feita a explicação do seu conteúdo e efeitos tudo em voz alta.

Assinado: Abraão Segunda. — Notário: José Rodrigues Vieira.

Conta registada sob o n.º 33 (rubricado). — Rodrigues Caderneta n.º 366 (rubricado) — Rodrigues.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Cartório Notarial da Comarca do Moxico, no Luena, aos 15 de Novembro de 2013. — O Notário, *José Rodrigues Vieira*.

### ESTATUTO DA SOCIEDADE SINOSP, LIMITADA

#### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a designação de «Sinosp, Limitada», e tem a sua sede social na Cidade do Luena, Província do Moxico, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, agências, sucursal ou outra forma de representação onde e quando as circunstâncias e possibilidades o permitirem.

#### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado e o seu início, para todos os efeitos legais, contar-se-á a partir da data da celebração da presente escritura.

#### ARTIGO 3.º

O seu objecto social é a prestação de serviços & comércio geral, nomeadamente, nas áreas de transporte de passageiros e mercadorias, indústria, hotelaria e turismo, agro-pecuária, construção civil e fiscalização de obras públicas, exploração de inerte, piscicultura, recolha de resíduos sólidos, fornecimentos de materiais de escritórios informáticos, requalificação dos solos para habitação social, limpeza geral, lavandaria industrial, caixilharia e alumínio, mecânica, serralharia e carpintaria, manutenção de espaços verdes, livraria, venda de material escolar, fornecimento da merenda escolar, empresa de segurança, venda de acessórios de automóveis, compra e venda de lubrificantes incluindo gás butano, importação, exportação, podendo no entanto dedicar-se ao exercício de outros ramos, desde que seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), constituído e representado por duas quotas iguais e do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos sócios Abraão Segunda e Deusdidite Nalumingo Daniel Segunda.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações complementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que carece mediante os juros e condições de reembolso que estipularem.

ARTIGO 6.º

Fica autorizada a cessão entre os sócios, mas quando feita a terceiros, além da sociedade gozar do direito de preferência, depende sempre do seu consentimento. Não usando a sociedade do seu direito de preferência, este competirá aos sócios e, querendo-a mais do que um a quota será dividida.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, activa e passividade, em juízo e fora dele, será exercida pelo primeiro sócio Abraão Segunda que, desde já, é constituído gerente principal, com dispensa de caução, não sendo necessária a assinatura do segundo sócio, Deusdidite Nalumingo Daniel Segunda para obrigar validamente a sociedade, pelo facto deste, ser menor de idade e estar sobre a responsabilidade total do primeiro sócio, que o apresenta em todos os actos até atingir a maioridade.

2. O sócio-gerente poderá delegar a outra pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes, conferindo-lhe para o eleito o referido mandato por escrito em nome da sociedade.

3. Fica expressamente vedado aos sócios obrigarem a sociedade em actos ou contrato estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios e expedidas pela via mais rápida, com pelo menos 15 dias de antecedência. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilatação suficiente para ele poder comparecer.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de 10% para o fundo de reserva legal, quando devido e quaisquer outras percentagens para fundo especiais, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

Os anos sociais serão os civis e em cada ano social far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado até 31 de Dezembro do ano a que disser respeito, devendo estar aprovado e assinado até fins de Março do exercício imediato.

ARTIGO 11.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

ARTIGO 12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como conforme acordaram. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º

Para todas questões emergentes deste contrato, quer entre nós sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Moxico, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 14.º

No omissio regularão as deliberações sociais tomadas de acordo com as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que regula as sociedades comerciais e demais legislação que lhe seja aplicável.

(14-0553-L01)

**MAVEKI — Prestação de Serviços, Construção Civil e Representações, Limitada**

Constituição da sociedade «MAVEKI — Prestação de Serviços, Construção Civil e Representações, Limitada».

No dia 27 de Dezembro de 2013, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, a cargo do Notário Licenciado, Amorbela Vinevala Paulino Sitôngua, perante mim, Pedro Manuel Dala, Notário-Adjunto, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Ismael Ngunza Alberto Mulemba, solteiro, maior, natural de Waco-Kungo, Cela, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, Bairro Sagrada Esperança, Maianga, Casa n.º 19, Zona 6, titular do Bilhete de Identidade n.º 000065880KS020, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 21 de Setembro de 2012;

*Segundo:* — Álvaro Yuri Alberto da Cunha, solteiro, maior, natural de Waco-Kungo, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, Bairro Benfica, Samba, Casa n.º 67, Condomínio Hipicu, titular do Bilhete de Identidade n.º 000091553KS017, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 8 de Junho de 2011;



Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados, que no fim são mencionados e arquivados.

E pelos outorgantes foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial denominada, «MAVEKI — Prestação de Serviços, Construção Civil e Representações, Limitada», com sede social em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Rua Rainha Ginga, Edifício 204.

Que, a referida sociedade tem por objecto social o estipulado no artigo 3.º dos estatutos, e possui o capital social do montante de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), como referencia o artigo 4.º dos estatutos;

Que, esta sociedade vai reger-se pelos respectivos estatutos que fazem parte integrante desta escritura, que é um documento elaborado em separado, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 78.º do Código do Notariado, com redacção que lhe foi dada pelo artigo 55.º da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, cujo conteúdo eles outorgantes têm perfeito conhecimento, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Certificado de Admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais do Ministério da Justiça, aos 27 de Junho de 2013;
- b) Documento complementar a que atrás se fez alusão;
- c) Comprovativo do capital social.

Em voz alta e na presença dos outorgantes, fiz em voz alta a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, e adverti aos outorgantes da obrigatoriedade de registo deste acto no prazo de 90 dias.

O Notário-Adjunto, *ilegível*.

# ESTATUTO DA SOCIEDADE MAVEKI — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONSTRUÇÃO CIVIL E REPRESENTAÇÕES, LIMITADA

## ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «MAVEKI — Prestação de Serviços, Construção Civil e Representações, Limitada», com sede em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Rua Rainha Ginga, Edifício 204, podendo ainda transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro.

## ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

## ARTIGO 3.º

O seu objecto social consiste no exercício de prestação de serviços, construção civil, e representações, e podendo ainda se dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio e indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), dividido e representado por duas quotas iguais, cada uma delas no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos sócios, Ismael Ngunza Alberto Mulemba e Álvaro Yuri Alberto da Cunha.

## ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral ou o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou também na forma como acordarem.

## ARTIGO 6.º

A gerência e a administração da sociedade em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente é incumbida ao sócio Ismael Ngunza Alberto Mulemba, que dispensado de caução fica desde já nomeado sócio-gerente da referida sociedade, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. A sociedade poderá delegar entre si ou em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. As despesas inerentes à sociedade serão custeadas pelos sócios e os lucros serão divididos na proporção de 50% em cada um dos sócios.

## ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios, com pelo menos 8 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreve formalidades especiais de comunicação. Se qualquer um dos sócios estiver ausente da sede, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

## ARTIGO 8.º

Por falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios a sociedade continuará com os sobreviventes capazes e os herdeiros ou representante do sócio falecido ou devendo estes nomear o seu representante na sociedade.

## ARTIGO 9.º

A sociedade dissolve-se nos casos e termos previstos na lei.

## ARTIGO 10.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março.

## ARTIGO 11.º

No omissa regulação as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-0593-L101)

## SOCIEMB — Sociedade Angolana de Embalagens, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Janeiro de 2014 lavrada com início a folhas 84, do livro de notas para escri-

turas diversas n.º 184-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Euclides Gonçalo Tandala Francisco, casado com Marcelina Zeferina Francisco Tandala, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua do Pisca, Casa n.º 73;

*Segundo:* — Marcelina Zeferina Francisco Tandala, casada com o primeiro outorgante, sob o regime acima mencionado, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassequel, Rua 54, Casa n.º 85, Zona 9;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE SOCIEMB — SOCIEDADE ANGOLANA DE EMBALAGENS, LIMITADA

### ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «SOCIEMB — Sociedade Angolana de Embalagens, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Cónego Manuel das Neves n.º 5, Casa n.º 5, 1.º andar, Apartamento A, Bairro Patrice Lumumba, Município da Ingombota, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

### ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

### ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio geral, a grosso e a retalho, importação e exportação, venda de imóveis, prestação de serviços, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, modas e confeccções, transportes marítimo, aéreo e terrestres, produção, comercialização de artefactos plástico, bem como o fabrico e venda de todo o género de sacolas e embalagens, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização

de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

### ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Euclides Gonçalo Tandala Francisco e outra no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) pertencente à sócia Marcelina Zeferina Francisco Tandala, respectivamente.

### ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

### ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Euclides Gonçalo Tandala Francisco, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

### ARTIGO 7.º (Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

### ARTIGO 8.º (Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

**ARTIGO 9.º**  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento, de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 10.º**  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

**ARTIGO 11.º**  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

**ARTIGO 12.º**  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ARTIGO 13.º**  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

**ARTIGO 14.º**  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-1009-L02)

**SOCOPEL — Sociedade de Consultoria e Promoção de Empreendimentos, Limitada**

Certifico que, de folhas 23, verso, a folhas 25, do livro de notas para escrituras diversas, n.º 137-B, do 2.º Cartório Notarial desta Comarca, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Aumento de capital social na sociedade «SOCOPEL — Sociedade de Consultoria e Promoção de Empreendimentos, Limitada».

No dia 17 de Novembro de 1995, nesta Cidade de Luanda e no 2.º Cartório Notarial desta Comarca, perante mim Maria da Conceição Lourenço Ascensão de Jesus Patata, notário do referido Cartório, compareceram:

*Primeiro:* — Teodoro Lima da Paixão Franco Júnior, casado com Melina Vieira da Paixão Franco, no regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Luanda, onde reside, no Bairro Maianga, Zona 5, Rua Gastão de Sousa Dias, Prédio Barroso, 4.º andar;

*Segundo:* — António Pereira Mendes Campos Vilela-Dúnem, casado com Engrácia da Natividade Fortunado Bárber Van-Dúnem, no regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Luanda, onde habitualmente reside, Bairro Nelito Soares, Rua João de Deus, n.º 96, rés-do-chão;

*Terceiro:* — Alexandre Bernardo N'Gaka, solteiro, maior, natural de Boma - República do Zaire, mas de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, Bairro Prenda, Zona 6, Lote 11, 2.º andar, 19;

Verifiquei a identidade dos outorgantes, por comparecimento pessoal.

E, disseram:

Que são neste momento os únicos actuais sócios da sociedade por quotas de responsabilidade, limitada, denominada «SOCOPEL — Sociedade de Consultoria e Promoção de Empreendimentos, Limitada», com sede em Luanda, Rua Manuel de Almeida Vasconcelos, n.º 68, constituída por escritura de 13 de Abril de 1992, lavrada de folhas 71 e seguintes, do Livro de Notas n.º 67-D, deste 2.º Cartório Notarial de Luanda e, alterada por escritura de 26 de Janeiro de 1994, lavrada de folhas 24, verso, a folhas 26, verso, do livro de notas para escrituras diversas, n.º 79-D, também deste Cartório Notarial.

Que o capital da referida sociedade é neste momento do montante de seiscentos mil kwanzas reajustados, realizados em dinheiro e outros valores do activo social, dividido e representado por três quotas iguais e do valor nominal de duzentos mil kwanzas reajustados, sendo uma para cada um dos sócios.

Que, para adoptarem o montante do capital social, ao desenvolvimento actual dos negócios da sociedade, decidiram aumentá-lo, pelo que pela presente escritura efectivamente o aumentam do seu montante de seiscentos mil kwanzas reajustados, para sessenta milhões de kwanzas reajustados, sendo o aumento verificado de cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil kwanzas reajustados, em dinheiro, que já deu entrada na caixa social, subscrito pelos sócios em partes iguais, ou seja cada um com mais a quantia de dezanove milhões e oitocentos mil kwanzas reajustados.

Seguidamente, unificam numa só as duas quotas que cada um, ficou a possuir na sociedade, e alteram o artigo 3.º do seu pacto social, ao qual a partir de agora é dada a seguinte nova redacção:

**ARTIGO 3.º**

O capital social é de sessenta milhões de kwanzas reajustados, integralmente realizado em dinheiro e outros valores do activo social, dividido e representado por três quotas iguais e do valor nominal de vinte milhões de kwanzas reajustados, sendo uma para cada um dos três sócios.

Que todas as demais cláusulas não alteradas por esta escritura, continuem em pleno vigor.

Assim o disseram e outorgaram.

Aos outorgantes, em voz alta, fiz a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, advertência de apresentar na obrigatoriedade o registo deste acto, dentro do prazo de 90 dias.

Assinaturas: Teodoro Lima da Paixão Franco Júnior, António Pereira Mendes Campos Van-Dúnem e Alexandre Bernardo N'Gaka. — A Notária, Maria da Conceição Lourenço Ascensão de Jesus Pataca.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 6 de Dezembro de 1996. — O ajudante, *ilegível*.

(14-0590-L01)

### TIMFER — Consultoria e Desenvolvimento de Negócios, Limitada

Certifico que, por escritura de 15 de Novembro de 2013, lavrada com início a folhas 3 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa; Licenciado em Direito e de Walter da Costa Cambongue, Licenciado em Direito, Notário-Adjunto do referido Cartório, foi constituída entre:

*Primeiro:* — José Cardoso Sebastião Ferreira, solteiro, maior, natural do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Cazenga, Bairro Tala-Hady, Rua A, Casa n.º 43, Zona 19, titular do Bilhete de Identidade n.º 001744055LA030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 4 de Dezembro de 2013;

*Segundo:* — Timóteo João Sebastião, solteiro, maior, natural do Município do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Cazenga, Bairro Tala-Hady, Casa n.º 21, Zona 19, titular do Bilhete de Identidade n.º 000552055LA038, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 10 de Setembro de 2012;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa em Luanda, aos 2 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

### PACTO SOCIAL

### TIMFER — CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS, LIMITADA.

#### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação «TIMFER — Consultoria e Desenvolvimento de Negócios, Limitada»,

Abreviadamente «Timfer, Limitada» tem a sua sede social na Província de Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Ilha de Luanda, Avenida Murtala Mohamed n.º 300, podendo abrir filiais agências, sucursais, ou qualquer outra representação em qualquer parte do território nacional e no estrangeiro que mais convenha aos negócios sociais.

#### ARTIGO 2.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da celebração da escritura.

#### ARTIGO 3.º

A sociedade tem comò objecto social a construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, elaboração de projectos e de estudos, instalações e construções de projectos eléctricos de média tensão, baixa tensão, alta tensão, iluminação pública, construção dos sistemas de hidráulicos, informática, contabilidade em consultoria financeira e estudos de viabilidade económicos, importação e exportação, equipamentos e máquinas para construção civil, obras mineiras, máquinas agrícolas e acessórios, sistema de produção agrícola, tecnologia para a produção e transformação, indústria, hotelaria e turismo, consultoria ambiental, gestão de resíduos urbanos, transferência de tecnologia ambiental, tratamento de resíduos sólidos, construção e manutenção de jardins e espaços verdes, recolha e reciclagem, e tratamento dos resíduos sólidos, formação técnico profissional, especializada e actualizada, tecnologia de informação, tecnologia de segurança e vigilância privada, refinarias de petróleo, transportes, telecomunicações, serviços de imobiliária, indústria de materiais de construção, serviços de organização de eventos, cerimónias, exploração de inertes, florestal, mineira, indústria de madeira, carpintaria de limpo de madeira, portas e janelas e tábuas para a construção civil, agro-pecuária, pescas, agricultura, prestação de serviços e representação, podendo exercer ainda a outras actividades desde que haja conveniência dos sócios e permitido por lei.

2. A sociedade pode no exercício da sua actividade, participar no capital social de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, ainda que o objectivo social diferente, associar-se a quaisquer agrupamentos de empresas, consórcios ou associações em participação existentes ou a construir, bem como adquirir ou alienar a nacionais ou estrangeiras participações sociais.

#### ARTIGO 4.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios José Cardoso Sebastião Ferreira e Timóteo João Sebastião.

#### ARTIGO 5.º

1. A gerência e administrativa da sociedade em todos os seus actos e contratos activa e passivamente em juízo e fora

dele, serão exercidas pelos sócios José Cardoso Sebastião Ferreira e Timóteo João Sebastião, que com dispensa de caução, ficam desde já nomeados gerentes, bastando as suas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

## ARTIGO 6.º

Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

## ARTIGO 7.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suplementos de que ela carecer nas condições estipuladas em Assembleia Geral.

## ARTIGO 8.º

A cessão de quotas, quando feita entre sócios é livre, porém, quando a favor de estranhos, à sociedade fica dependente do consentimento desta a quem é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios quando a sociedade não exercer este direito.

## ARTIGO 9.º

1. A Assembleia Geral será convocada, quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

2. Se qualquer dos sócios estiver fora da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para ele poder comparecer.

## ARTIGO 10.º

1. Em caso de dissolução da sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como tiverem acordado.

2. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

## ARTIGO 11.º

A sociedade não se dissolverá pela morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito que nomearão um que a todos represente enquanto a quota permanecer indivisa.

## ARTIGO 12.º

Os lucros líquidos apurados em cada ano civil, depois de deduzida a percentagem de 30 % (trinta) para o fundo de reserva e outras percentagens para o fundo especiais aprovados pela Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios, na proporção das suas quotas.

## ARTIGO 13.º

Para a resolução de todos as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios se os herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fixa o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-0606-L09)

### COCIGA — Construção Civil e Obras Públicas, Limitada

Certifico que, com início a folhas 74, do livro de notas para escrituras diversas n.º 983-B, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Cessão de quotas e alteração parcial do pacto social na sociedade «COCIGA — Construção Civil e Obras Públicas, Limitada».

No dia 12 de Dezembro de 2013, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, a cargo do Notário, Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, perante mim, Pedro Manuel Dala, Notário-Adjunto, compareceu como outorgante:

Tomás Maria Girão Zenóglio de Oliveira, solteiro, maior, natural de Lisboa, Portugal, mas de nacionalidade angolana, titular do Bilhete de Identidade n.º 004678133OE043, emitido aos 18 de Fevereiro de 2010, pela Direcção Nacional de Identificação, e válido até 17 de Fevereiro de 2015, com domicílio habitual em Luanda, na Rua Cirilo da Conceição e Silva, n.º 1, 3.º andar, Apartamento 3, Bairro e Município da Ingombota, que outorga este acto em nome, representação e na qualidade de procurador de:

- a) «FINICAPITAL — Investimentos e Gestão, S. A.», sociedade comercial anónima de direito angolano, com sede em Luanda, na Rua Manuel de Almeida e Vasconcelos, n.º 60, Bairro Azul, Município da Ingombota, matriculada na 2.ª Secção do Gui-ché Único da Empresa da Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 848-08/080527, titular do Número de Identificação Fiscal 5417023990;
- b) «Robert Hudson, Limitada», sociedade comercial por quotas, de direito angolano, com sede social em Luanda, na Avenida Talatona, Robert Hudson, Sector Talatona, Bairro Samba, Município de Belas, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 422/2010, titular do Número de Identificação Fiscal 5410002334;
- c) «COCIGA — Construções Cíveis de Gaia, S. A.», sociedade comercial anónima de direito português, com sede social na Avenida Vasco da Gama, n.º 780, Freguesia de Mafamude, Concelho de Vila Nova de Gaia, Portugal, titular do número-único de matrícula na Conservatória do



Registo Comercial de Vila Nova de Gaia (Portugal) e de pessoa colectiva 501 451 323;

- d) «GLOBAL SEGUROS — Companhia Angolana de Seguros, S. A.», sociedade comercial anónima, com sede em Rua Joaquim Kapango, n.º Y-43, Sumbe, Província do Kwanza-Sul, matriculada na Conservatória dos Registos do Kwanza-Sul, Sumbe, sob o n.º 1.015, a fls. 116, verso, a 139, do Livro C-3.

Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do documento acima mencionado, a qualidade em que inter-vêm e a suficiência dos seus poderes para o acto em face dos documentos que no fim menciono e arquivo.

E pelo outorgante foi dito:

Que, as suas representadas são ao momento as únicas e actuais sócias da sociedade comercial denominada «COCIGA — Construção Civil e Obras Públicas, Limitada», com sede social em Luanda, na Rua Major Kanhangulo, n.º 72, Bairro e Município da Ingombota, titular do Número de Identificação Fiscal 5401143311, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 1283- 06/060126, constituída por escritura de 9 de Outubro de 2003, lavrada com início a folhas 85, do livro de notas para escrituras diversas n.º 124-D, do 2.º Cartório Notarial de Luanda, alterada várias escrituras, sendo a última de 26 de Junho de 2009, lavrada com início a folhas 96, verso, a folhas 102, do livro de notas para escrituras diversas n.º 261-A, também do 2.º Cartório Notarial de Luanda;

Que a sociedade tem o capital social cifrado no valor de Kz: 147.460.164,00 (cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta mil, cento e sessenta e quatro kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 99.535.610,70 (noventa e nove milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, seiscentos e dez kwanzas e setenta centimos), pertencente à sócia «FINICAPITAL — Investimentos e Gestão, S. A.», outra no valor nominal de Kz: 18.432.520,50 (dezoito milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte kwanzas e cinquenta centimos), pertencente à sociedade «Robert Hudson, Limitada», e outras duas quotas, cada uma no valor nominal de Kz: 14.746.016,40 (catorze milhões, setecentos e quarenta e seis mil e dezasseis kwanzas e quarenta centimos), pertencentes às sócias «COCIGA — Construções Civis de Gaia, S. A.» e «GLOBAL SEGUROS — Companhia Angolana de Seguros, S. A.», respectivamente;

Que, pela presente escritura, em conformidade com o deliberado em sessão de Assembleia Universal e Extraordinária, datada de 15 de Fevereiro de 2013, o outorgante fazendo uso dos poderes que lhe foram conferidos, pratica os seguintes actos:

Cessão de quotas

As representadas do outorgante, «Robert Hudson, Limitada» e «COCIGA — Construções Civis de Gaia, S.

A.», detentoras cada uma delas de uma quota liberada, no valor nominal de Kz: 18.432.520,50 e Kz: 14.746.016,40, respectivamente, livres de ónus, penhor ou quaisquer outras responsabilidades, e com renúncia expressa do direito de preferência das demais sócias e da sociedade, cedem à primeira representada do outorgante, «FINICAPITAL — Investimentos e Gestão, S. A.», a totalidade das respectivas quotas pelos valores em kwanzas, equivalente a USD 499.856,52 (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e dois centimos), e USD 381.645,44 (trezentos e oitenta e um mil, seiscentos e quarenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e quatro centimos), respectivamente, valores estes já recebidos pelas cedentes, pelo que é dada a respectiva quitação.

Que deste modo, as sócias cedentes «Robert Hudson, Limitada» e «COCIGA — Construções Civis de Gaia, S. A.», apartam-se definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar;

Que, em nome da sua primeira representada «FINICAPITAL — Investimentos e Gestão, S. A.» aceita as referidas cessões nos precisos termos exarados, unificando deste modo as quotas ora cedidas com a que esta já detinha na sociedade, passando assim a ter uma única quota com o valor nominal de Kz: 132.714.147,60 (cento e trinta e dois milhões, setecentos e catorze mil, cento e quarenta e sete kwanzas e sessenta centimos);

Que, em consequência dos actos procedentes, altera parcialmente os estatutos da sociedade, designadamente no seu n.º 1, do artigo 4.º o qual passa a ter a seguinte redacção:

#### ARTIGO 4.º

1. O capital social é de Kz: 147.460.164,00 (cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta mil, cento e sessenta e quatro kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, uma no valor de Kz: 132.714.147,60 (cento e trinta e dois milhões, setecentos e catorze mil, cento e quarenta e sete kwanzas e sessenta centimos), pertencente à sócia FINICAPITAL — Investimentos e Gestão, S. A., e outra no valor de Kz: 14.746.016,40 (catorze milhões, setecentos e quarenta e seis mil e dezasseis kwanzas e quarenta centimos) pertencente à sócia «GLOBAL SEGUROS — Companhia Angolana de Seguros, S. A.».

Que continuam firmes e válidos todos os artigos dos estatutos não alterados pela presente escritura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- a) Acta avulsa, datada de 15 de Fevereiro de 2013, da Assembleia Universal e Extraordinária da sociedade comercial «COCIGA — Construção Civil e Obras Públicas, Limitada»;

- b) Certidão comercial da referida sociedade, emitida, aos 9 de Setembro de 2013, pela Conservatória de Registo Comercial de Luanda;
- c) Acta n.º 27, datada de 14 de Janeiro de 2013, do Conselho de Administração da sociedade «FINI-CAPITAL — Investimentos e Gestão, S. A.»;
- d) Procuração outorgada, no dia 17 de Outubro de 2013, pelo Conselho de Administração da sociedade «FINICAPITAL — Investimentos e Gestão, S. A.», a favor do outorgante para inteira validade deste acto;
- e) Certidão comercial da sociedade «FINICAPITAL — Investimentos e Gestão, S. A.», emitida aos 25 de Julho de 2013, pela 2.ª Secção do Guiché Único da Conservatória de Registo Comercial de Luanda;
- f) Acta avulsa, datada de 11 de Fevereiro de 2013, da Assembleia Geral Extraordinária da sociedade «Robert Hudson, Limitada»;
- g) Procuração outorgada, neste mesmo Cartório Notarial, no dia 20 de Fevereiro de 2013, pelos representantes legais da «Robert Hudson, Limitada», a favor do outorgante para inteira validade deste acto;
- h) Certidão comercial da sociedade «Robert Hudson, Limitada», emitida, aos 7 de Fevereiro de 2013, pela Conservatória de Registo Comercial de Luanda;
- i) Acta n.º 50, datada de 8 de Fevereiro de 2013, do Conselho de Administração da sociedade comercial de direito português «COCIGA — Construções Cíveis de Gaia, S. A.», para inteira validade deste acto;
- j) Procuração outorgada, no dia 13 de Fevereiro de 2013, pelo representante legal da «COCIGA — Construções Cíveis de Gaia, S. A.», a favor do outorgante para inteira validade deste acto;
- k) Certidão comercial da sociedade «GLOBAL SEGUROS — Companhia Angolana de Seguros, S. A.», emitida aos 3 de Maio de 2012, pela Conservatória dos Registos do Kwanza-Sul, Sumbe;

*l) Diários da República das sociedades.*

Finalmente, ao outorgante esta escritura foi lida e ao mesmo explicado o seu conteúdo, bem como feita a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 17 de Dezembro de 2013. — A Ajudante, *Faustina Luis M. Canhanga*.  
(14-0980-L01)

## Fairplay, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 81 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito e Eduardo Sapalo, notário -adjunto, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Guilherme Cardoso de Carvalho, casado com Andrea Nuna Pinheiro Moita de Carvalho, do Distrito Urbano da Ingombota, praca Farinha Leitão n.º 9, Zona 4, Bairro Maculusso, titular do Bilhete de Identidade n.º 000091888LA017, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 4 de Julho de 2013, que outorga neste acto por si e como representante legal de seus filhos menores consigo conviventes, Guilherme Moita de Carvalho, de 5 anos de idade, natural do Distrito Urbano da Ingombota, Município e Província de Luanda, registado sob o n.º 2937, folhas 84, do livro n.º 15, conforme Cédula Pessoal emitida pela 1.ª Conservatória do Registo Civil de Luanda, aos 15 de Setembro de 2008; e de Gabriela Sofia Moita de Carvalho, de 11 meses de idade, natural do Distrito Urbano da Ingombota, Município e Província de Luanda, registada sob o n.º 583, como se vê no Boletim de Nascimento emitido pela 1.ª Conservatória do Registo Civil de Luanda, aos 15 de Março de 2013;

*Segundo:* — Andrea Nuna Pinheiro Moita de Carvalho, casada, com, Guilherme Cardoso de Carvalho, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Praca F. Leitão, n.º 9.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 31 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE FAIRPLAY, LIMITADA

### ARTIGO 1.º

1. A sociedade adopta a firma «Fairplay, Limitada», tem a sua sede em Luanda, na Rua Joaquim Kapango, n.º 79, rés-do-chão Bairro Maculusso, Distrito Urbano da Ingombota, Município de Luanda, Angola, e durará por tempo indeterminado.

2. Sem necessidade do consentimento de outros órgãos da sociedade, a gerência poderá livremente deslocar a sede social para qualquer outra parte do território angolano bem como criar sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação em território angolano ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

1. A sociedade tem como objecto social, o comércio em geral, a grosso e a retalho, indústria em geral, representações comerciais, hotelaria e turismo, *rent-a-car*, construção civil e obras públicas, prestação de serviços, importação e exportação, podendo ainda, por simples decisão da gerência, passar a dedicar-se a qualquer outra actividade, comercial, industrial ou de prestação de serviços, que não seja proibida por lei.

2. A sociedade poderá, por deliberação da Assembleia Geral, aceitar ou adquirir, sem limites, participações ou de qualquer forma colaborar com outras sociedades, mesmo que reguladas por leis especiais, com objecto igual ou diferente do seu e/ou em agrupamentos de empresas e/ou em associações sob qualquer forma não proibida por lei bem como participar, directamente ou indirectamente em projectos de desenvolvimento que de alguma forma concorram para o objecto da sociedade.

ARTIGO 3.º

1. O capital social, no valor de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), está integralmente, realizado em numerário e corresponde à soma de 4 (quatro) quotas:

- a) Uma quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Guilherme Cardoso de Carvalho, representando 40% (quarenta por cento) do capital social;
- b) Outra quota no valor nominal de Kz 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Andréa Nuna Pinheiro Moita de Carvalho, representando 30% (trinta por cento) do capital social;
- c) Outra quota no valor nominal Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), pertencente ao sócio Guilherme Moita de Carvalho, representando 15% (quinze por cento) do capital social; e
- d) Outra quota no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), pertencente à sócia Gabriela Sofia Moita de Carvalho, representando 15% (quinze por cento) do capital social.

2. Os sócios, à proporção do capital que detiverem ao tempo, gozam do direito de preferência em qualquer caso de aumento do capital social, podendo qualquer um deles chamar a si, na mesma proporção, a subscrição escusada por qualquer outro.

ARTIGO 4.º

1. A cessão de quotas, total ou parcial, entre os sócios é livre, ficando os mesmos sócios, para esse efeito, autorizados a proceder à divisão e cessão; em relação a terceiros a cessão depende sempre do consentimento da sociedade.

2. Os sócios em primeiro lugar e a sociedade em segundo gozam do direito de preferência em qualquer caso de cessão de quotas.

ARTIGO 5.º

1. Os sócios poderão fazer prestações suplementares de capital, suprimentos ou outras prestações acessórias nos termos, pelos prazos e nas condições que vierem a ser estabelecidos em Assembleia Geral.

2. Os suprimentos bem como as prestações acessórias poderão ser remunerados e/ou transformados em capital social e/ou ter outro destino, conforme opção do próprio sócio no momento do contrato respectivo.

3. Os suprimentos com carácter permanente, excedendo um ano, deverão constar de contrato escrito.

ARTIGO 6.º

1. A administração da sociedade e a sua representação, em juízo ou fora dele, activa e passivamente será exercida por um ou mais gerentes, nomeados em Assembleia Geral.

2. A gerência será exercida com ou sem caução e com ou sem remuneração conforme o que vier a ser deliberado em Assembleia Geral.

3. Fica desde já nomeado gerente o sócio Guilherme Cardoso de Carvalho.

ARTIGO 7.º

A sociedade obriga-se:

- a) pela assinatura do gerente;
- b) pela assinatura de um procurador, nos limites dos poderes conferidos.

ARTIGO 8.º

1. As Assembleias Gerais, nos casos em que a lei não exija formalidades especiais, serão convocadas com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante publicação da convocatória num jornal de grande tiragem.

2. A representação voluntária de qualquer dos sócios nas Assembleias Gerais, sempre que a lei não exija outra formalidade, pode ser conferida por documento particular.

3. As deliberações para as quais a lei e o pacto social não exijam uma forma ou uma maioria específicas, nomeadamente as relativas ao consentimento da sociedade, poderão ser tomadas ou por escrito, nos termos da lei, ou por maioria simples.

ARTIGO 9.º

Anualmente, com referência a 31 de Março, será apresentado o balanço, devendo os lucros do exercício ter a seguinte aplicação:

- a) Uma parte, correspondente à percentagem legalmente exigida, na constituição e reintegração do fundo de reserva legal;
- b) Quanto ao remanescente, salvo disposição legal imperativa em contrário, a Assembleia Geral poderá deliberar que a totalidade seja destinada a outras reservas, ou que apenas uma parte dele seja distribuída, ou ainda que todo o remanescente seja distribuído.

## ARTIGO 10.º

1. A sociedade não se dissolverá por morte, interdição ou inabilitação de sócio, continuando com os sobreviventes, os herdeiros do falecido ou o representante legal do interdito ou inabilitado.

2. Os herdeiros, enquanto a quota estiver indivisa, serão representados por um só, dotado de poderes necessários e adequados para agir como sócio.

## ARTIGO 11.º

As operações sociais iniciam-se na data de celebração da escritura de constituição da sociedade, ficando a gerência autorizada a celebrar quaisquer negócios jurídicos em nome da sociedade que os assumirá como seus logo que se encontrem registada.

## ARTIGO 12.º

1. No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

2. O Tribunal de Luanda é exclusivamente competente para dirimir as questões referidas no n.º 1 deste artigo.

(14-1404-L03)

**Miguel & Fontes, Limitada**

Certifico que, por escritura de 3 de Fevereiro de 2014, lavrada com início a folhas 12, do livro de notas para escrituras diversas n.º 187-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Miguel Francisco Fontes, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Centralidade do Kilamba, Quarteirão E, Edifício E 26, 3.º andar, Apartamento 34;

*Segundo:* — Teresa Francisco Miguel, casada com Pedro Jacinto Fernandes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito da Samba, Bairro Samba, Rua Paulo VI, Casa n.º 27;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 5 de Fevereiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE  
MIGUEL & FONTES, LIMITADA**

## ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Miguel & Fontes, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Gamek à Direita, casa s/n.º, Bairro Morro Bento, Município

de Luanda, Distrito Urbano da Samba, podendo transferir-se livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

## ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

## ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, seralhar, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalares, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, prestações de serviços, ensino geral, infantil, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Miguel Francisco Fontes, e outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Teresa Francisco Miguel, respectivamente.

## ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

## ARTIGO 6.º

(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passiva

vamente, incumbe ao sócio Miguel Francisco Fontes, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

**ARTIGO 7.º**  
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

**ARTIGO 8.º**  
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

**ARTIGO 9.º**  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 10.º**  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social liquidado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

**ARTIGO 11.º**  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

**ARTIGO 12.º**  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ARTIGO 13.º**  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

**ARTIGO 14.º**  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-1545-L02)

**BOUCLIER — Comércio Geral  
e Construção Civil, Limitada**

Certifico que, com início a folhas 39, do livro de notas para escrituras diversas n.º 1-A, do Cartório Notarial da Loja dos Registos Morro Bento de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Cessão de quotas, admissão de novos sócios e alteração parcial do pacto social na sociedade «BOUCLIER — Comércio Geral e Construção Civil, Limitada».

No dia 15 de Janeiro de 2014, em Luanda e no Cartório Notarial da Loja dos Registos Morro Bento, sito na Avenida 21 de Janeiro, e perante mim, Licenciada em Direito, Anita Fernanda Cristóvão Carlos, Notária, compareceu como outorgante:

*Primeiro:* — Lázaro Baptista, advogado, com Cédula Profissional n.º 674, com escritório na Avenida Marginal, Prédio n.º 44, 1.º andar, Apartamento n.º 5, Contribuinte n.º 2403019909, que outorga neste acto na qualidade de procurador de:

- a) Marcos Nelson Manzengele, natural da República Democrática do Congo e de nacionalidade angolana, titular do Bilhete de Identidade n.º 000078025OE026, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 24 de Maio de 2006;
- b) Albertina Taty Mazengele, casada sob regime de comunhão de adquiridos com o representado descrito na alínea a) e com ele convivente, natural da Província de Cabinda, titular do Bilhete de Identidade n.º 000988595CA034, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 9 de Dezembro de 2011, ambos pais dos menores;
- c) Nelson Harrys Taty Manzengele, de 6 anos de idade, Jurgen Alberto Taty Manzengele, de 9 anos de idade, naturais de York-E, Pensilvânia, Estados Unidos da América e Márcia Halle Taty Manzengele, 11 anos de idade, natural de Lisboa, Portugal, todos eles actualmente residente em Luanda, no Município da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Emílio Mbidi, n.º 113;



zéns, tratamento e abastecimento de gás doméstico e outros combustíveis, agricultura e pecuária, indústria, transportes, construção civil, hotelaria e turismo, representações, consultoria, prestação de serviços, exportação e importação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo da indústria ou actividade comercial que seja lícita e em que os sócios acordarem, por deliberação da Assembleia Geral.

## 3.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua escritura pública.

## 4.º

O capital social é de Kz: 450 000,00, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde a soma das quotas, repartidas em três partes iguais, no valor nominal de Kz: 150 000,00 cada uma, pertencentes aos sócios Domingos Cajama, Domingos José Catulichich e Lourenço João Miguel Mutepa.

## 5.º

Não serão exigidas prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante o juro e nas condições que estipularem.

## 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, porém, quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser usar.

## 7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dea, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Domingos José Catulichich, que dispensado de caução fica assim nomeado gerente, sendo sempre necessárias duas assinaturas para obrigar, validamente, a sociedade.

2. O sócio-gerente poderá delegar nos outros sócios ou em pessoa estranha à sociedade, mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor fiança, abonações ou documentos semelhantes.

## 8.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou qualquer providência cautelar.

## 9.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não indicar outras formalidades, por meio de carta registada,

dirigida aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência da data prevista para a sua realização.

## 10.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais que venham a ser criados, em Assembleia Geral serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

## 11.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro, de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março do ano seguinte.

## 12.º

A sociedade não se dissolverá pelo falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisível.

## 13.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecerem igualdade de condições.

## 14.º

No omissio regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal, as disposições da Lei n.º 1, de 2004, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-0862-L01)

### Jaguimas, Limitada

Certifico que, por escritura de 29 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 41, do livro de notas para escrituras diversas n.º 186-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Jasmin Guimarães, casado com Elizete Gaspar Fernandes Guimarães, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Samba, Rua da Samba, n.º 1, Zona 3;

*Segundo:* — Teresa Guimarães Pinto Correia, casada com António Artur Joaquim Correia, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Camama, casa s/n.º, Zona 20;

*Terceiro:* — Suzeth Afonso Mendes, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Camama, Rua B-3, Casa n.º 57.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 30 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE JAGUIMAS, LIMITADA

### ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Jaguimas, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Farol da Logística, casa s/n.º, Bairro Cacuaco, Município de Cacuaco, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

### ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

### ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, prestação de serviços, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

### ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Jasmin Guimarães e outras 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), pertencentes à sócia Teresa Guimarães Pinto Correia e Suzeth Afonso Mendes, respectivamente.

### ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

### ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Jasmin Guimarães, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

### ARTIGO 7.º (Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

### ARTIGO 8.º (Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

### ARTIGO 9.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-1376-L02)

**Micop, Limitada**

Certifico que, por escritura de 29 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 43, do livro de notas para escrituras diversas n.º 186-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Miguel Ângelo da Costa Pena, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Zango I, Quadra (Q) VI-194;

*Segundo:* — Edson Zacarias da Graça Yopo, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua da Cela, Casa n.º 74, Zona 11;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 30 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE  
MICOP, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a denominação social «Micop, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua n.º 6, Casa n.º 6, Bairro Capalanga, Município de Viana, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto o comércio geral, grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, hotelaria, turismo, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, material de frio, modas e confecções, plastificação de documentos, transportes marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, cabotagem, compra e venda de viaturas novas e de ocasião, *rent-a-car*, oficina auto, de frio, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo iluminante e lubrificantes, de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, farmácia, centro médico, clínica, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, promoção e intermediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira, e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, prestações de serviços, escolas de língua, ensino geral, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Miguel Ângelo da Costa Pena e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Edson Zacarias da Graça Yopo, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Miguel Ângelo da Costa Pena, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sócio sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissio se aplicarão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro — Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-1377-L02)

**Grupo Mehine Angola, Limitada**

Certifico que, por escritura de 29 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 71, do livro de notas para escrituras diversas n.º 341, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Menezes Clemente Cambinda, casado com Madalena Mutango Menezes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Cuchi, Província do Kuando Kubango, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua Machado Saldanha, Casa n.º 168, Zona 12, que outorga neste acto, por si individualmente e como mandatário de Hildita Impanda Madalena Menezes, solteira, maior, natural de Menongue, Província do Kuando Kubango, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua Machado Saldanha, casa s/n.º e Nely Teixeira Dala Menezes, solteiro, maior, natural de Menongue, Província do Kuando Kubango, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua Machado Saldanha, Casa n.º 168;

*Segundo:* — Agnês Intumba Menezes, solteira, maior, natural do Lubango, Província da Huíla, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua Machado Saldanha, Casa n.º 168;

*Terceiro:* — Araújo de Jesus Cambinda Madalena Menezes, solteiro, maior, natural de Menongue, Província do Kuando Kubango, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua Machado Saldanha, casa s/n.º

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 30 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE  
GRUPO MEHINE ANGOLA, LIMITADA**

ARTIGO 1.º  
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Grupo Mehine Angola, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua do Alentejo, Casa n.os 65/67, r/c, Bairro da Terra Nova,

Distrito Urbano do Rangel, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

**ARTIGO 2.º**  
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

**ARTIGO 3.º**  
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, auditoria, contabilidade e fiscalidade, consultoria jurídica, instalações e comercialização de sistemas de gases medicinais e outros serviços prestados em hospitais, hotelaria e turismo, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, venda de viaturas e motociclos, geradores, perfumaria, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, material de escritório, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura, jardim de infância, creche, educação e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

**ARTIGO 4.º**  
(Capital)

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 5 (cinco) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio Menezes Clemente Cambinda, e 4 (quatro) quotas iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Hildita Impanda Madalena Menezes, Nely Teixeira Dala Menezes, Agnes Intumba Menezes e Araújo de Jesus Cambinda Madalena Menezes, respectivamente.

**ARTIGO 5.º**  
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

**ARTIGO 6.º**  
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Menezes Clemente Cambinda, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas a sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

**ARTIGO 7.º**  
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

**ARTIGO 8.º**  
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

**ARTIGO 9.º**  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 10.º**  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

**ARTIGO 11.º**  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.



ARTIGO 12.º  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-1378-L02)

## Gerosa Mande &amp; Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 47, do livro de notas para escrituras diversas n.º 186-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Generosa Gueve João Adolfo, viúva, natural de Chipindo, Província da Huila, residente habitualmente no Município do Lubango, no Bairro Comercial, casa s/n.º;

*Segundo:* — Vianeck da Trindade Mande Kahossi, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huila, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Fernão Pessoa, n.º 28;

*Terceiro:* — Estevão Tchawalele Mande Adolfo, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huila, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Camilo Pessanha, n.º 28;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 30 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE  
GEROSA MANDE & FILHOS, LIMITADA

## ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Gerosa Mande & Filhos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Padre Manuel, s/n.º, (próximo ao 2.º Cartório), Bairro Maianga, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, podendo transferi-la livre-

mente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

## ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

## ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, serralharia, caxilharia de alumínio, agricultura e agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, aluguer de viaturas, com ou sem condutor, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, salão de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, perfumaria, relações públicas, pastelaria, padaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, importação e exportação, saneamento básico, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Generosa Gueve João Adolfo e outras 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Vianeck da Trindade Mande Kahossi e Estevão Tchawalele Mande Adolfo, respectivamente.

## ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Generosa Gueve João Adolfo, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente, para obrigar validamente a sociedade.

1. A gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social liquidado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável. (14-1379-L00)

**Terra Rica, Limitada**

Certifico que, por escritura de 29 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 67, do livro de notas para escrituras diversas n.º 341, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Bartolomeu Dias Domingos, casado com Elizabeth da Conceição Campos Domingos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Cuchi, Província do Kuando Kubango, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro da Maianga, Rua Pedro de Miranda, Casa n.º 64, que outorga neste acto por si individualmente e em representação de seu filho menor, Bartolomeu Júnior Campos Dias Domingos, de 11 anos de idade, natural de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 30 de Janeiro de 2014. — O ajudante, ilegível.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE  
TERRA RICA, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Terra Rica, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Belas Business Park, Edifício Cunene, 1.º-A, n.º 105, Bairro Talatona, Município Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a produção, transformação, distribuição e comercialização de produtos agrícolas, nomeadamente: cereais, produtos hortícolas e leguminosos, congelação de produtos alimentares, comer-

cio, distribuição, venda a grosso e a retalho de todo o tipo de produtos alimentares perecíveis e não perecíveis, confeccionados ou não confeccionados, a granel ou embalados, prestação de serviços, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Bartolomeu Dias Domingos e outra quota no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia Bartolomeu Júnior Campos Dias Domingos, respectivamente.

## ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

## ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Bartolomeu Dias Domingos, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente, para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

## ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

## ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

## ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

## ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

## ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

## ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

## ARTIGO 14.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-1380-L02)

### QUALIDADE TOTAL — Prestação de Serviço, Limitada

Certifico que, por escritura de 3 de Fevereiro de 2014, lavrada com início a folhas 8, do livro de notas para escrituras diversas n.º 187-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

João Pitra Espanhol, solteiro, maior, natural de Cabinda, Província de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 9, Casa n.º 11, titular do Bilhete de Identidade n.º 000288216CA038, emitido pela Direcção Nacional de Identificação a 1 de Novembro de 2010, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação do seu filho menor Filipe Yenilson Cardoso Espanhol, de 12 anos de idade, natural de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 5 de Fevereiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

# ESTATUTO DA SOCIEDADE QUALIDADE TOTAL — PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, LIMITADA

## ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «QUALIDADE TOTAL — Prestação de Serviço, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua 9, Casa n.º 11, Bairro Cassenda, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

## ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

## ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho indústria, telecomunicações, construção civil, consultoria e auditoria, realização de eventos, decoração, compra e venda de (móveis, viaturas novas ou usadas, material e equipamentos de construção), gestão e promoção imobiliária, gestão de projectos, fiscalização de obras, exploração de bombas de combustível ou estação de serviço, laboratórios de teste e análise, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio João Pitra Espanhol e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), para Filipe Yenilson Cardoso Espanhol.

## ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer o uso.

## ARTIGO 6.º

A gerência e administração da empresa, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente é incumbida ao sócio João Pitra Espanhol, que fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

## ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se um dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

## ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

## ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiro ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

## ARTIGO 10.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato quer entre os seus herdeiros ou representantes, quer entre ele e a própria empresa, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ARTIGO 11.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

## ARTIGO 12.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.  
(14-1544-L02)

## MAX-OIL — Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 5 de Fevereiro de 2014, lavrada com início a folhas 18, do livro de notas para escrituras diversas n.º 187-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Mário Fernando Moisés Java, casado com Esperança Calumbo Nunes Java, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Bibala, Província do Namibe, residente habitualmente na Província da Huíla, no Município do Lubango, Bairro Lucrécia, Casa n.º 1019;

*Segundo:* — Ana Maria de Sousa Mendonça Xavier da Gama, casada com António Francisco Xavier da Gama, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua da Tipografia Mamã Tita, n.º 2;

*Terceiro:* — José Maria Sambunga, casado com Natércia de Sousa Sambunga, sob o regime de comunhão de adquiridos.

dos, natural de Benguela, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Avenida de Portugal, n.º 45-A, 6.º andar, Apartamento E;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 5 de Fevereiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE

### MAX-OIL — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

#### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «MAX-OIL — Prestação de Serviços, Limitada» com sede social na Província de Luanda, no Condomínio Pelicano, Rua Principal, Casa n.º 106, Bairro Camama, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

#### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

#### ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, importação e exportação, exploração de bombas de combustíveis, prestação de serviços, lubrificantes, enchimento de gás, indústria e exploração mineira, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

#### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 34.000,00 (trinta e quatro mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Mário Fernando Moisés Java e Ana Maria de Sousa Mendonça Xavier da Gama e outra quota no valor nominal de Kz: 32.000,00 (trinta e dois mil kwanzas), pertencente ao sócio José Maria Sambunga, respectivamente.

#### ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

#### ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passi-

vamente, incumbe ao sócio Mário Fernando Moisés Java, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente, para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

#### ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

#### ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

#### ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

#### ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

#### ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

#### ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.



## ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-1546-L02)

**Forcepharma Angola, Limitada**

Certifico que, por escritura de 5 de Fevereiro de 2014, lavrada com início a folhas 16, do livro de notas para escrituras diversas n.º 187-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Carlos Afonso Soares Kiteculo Sobrinho, solteiro, maior, natural de Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Militar, Travessa dos Militares, Casa n.ºs 5/7;

*Segundo:* — Ângela da Conceição Maria Domingos, solteira, maior, natural de Ambaca, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Marçal, Rua da Olivença, Casa n.º 5-MA-55;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 5 de Fevereiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE  
FORCEPHARMA ANGOLA, LIMITADA

## CAPÍTULO II

## Denominação, Sede, Objecto e Duração

## ARTIGO 1.º

A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a denominação, «Forcepharma Angola, Limitada».

## ARTIGO 2.º

1. A sociedade terá a sua sede na Rua Nicolau Gomes Spencer, Casa n.º 1, Bairro Maculusso, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Província de Luanda.

2. A gerência fica autorizada a deslocar a sede social para qualquer outro local, dentro do território angolano.

3. A gerência poderá abrir sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação, em território nacional ou no estrangeiro, com dispensa de deliberação da Assembleia Geral.

## ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem por objecto a importação, exportação, distribuição, comércio, *marketing* e promoção de medicamentos sujeitos a prescrição médica e medicamentos

não sujeitos a prescrição médica, vacinas e medicamentos hospitalares, produtos, equipamentos e consumíveis hospitalares, produtos, equipamentos e consumíveis hospitalares, produtos e material ortopédico, produtos de saúde e higiene pessoal, produtos de cosmética e dermocosmética, produtos de perfumaria e afins, suplementos alimentares e produtos nutricionais, leites materno-infantis e adultos, produtos e equipamentos de saúde e bem-estar, consultoria geral na área da saúde e indústria farmacêutica.

2. A sociedade poderá exercer quaisquer actividades subsidiárias ou complementares do seu objecto social, e explorar qualquer outro ramo do comércio ou indústria, que não seja proibido por lei, desde que assim seja deliberado pelos sócios.

## ARTIGO 4.º

A sociedade durará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II  
Capital Social e Quotas

## ARTIGO 5.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, encontra-se dividido em duas quotas, uma do valor nominal de Kz: 66.670,00 (sessenta e seis mil, seiscentos e setenta kwanzas), pertencente ao sócio Carlos Afonso Soares Kiteculo Sobrinho, outra do valor nominal de Kz: 33.330,00 (trinta e três mil, trezentos e trinta kwanzas), pertencente à sócia Ângela da Conceição Maria Domingos.

## ARTIGO 6.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios, porém, quando feita a terceiros depende do consentimento prévio da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios, nos termos da lei.

## ARTIGO 7.º

1. No caso de transmissão mortis causa ou do arresto, penhora ou qualquer outra forma de apreensão judicial de uma quota social, os direitos sociais inerentes a essa quota apenas poderão ser exercidos pelo cabeça-de-casal, enquanto a herança se mantiver indivisa, ou pelo respectivo fiel depositário, até à sua venda judicial.

2. Nos casos referidos no número anterior, depois de efectuada a partilha ou a venda judicial, assiste à sociedade o direito à amortização da quota, pelo preço que vier a ser determinado em balanço, especialmente elaborado para o efeito.

3. O valor da amortização da quota será pago no prazo máximo de um ano, a contar da data em que se tiver realizado a Assembleia Geral que aprovar o balanço a que se refere o número anterior.

## ARTIGO 8.º

1. A sociedade só poderá adquirir ou deter quotas do seu próprio capital, se a sua situação líquida o permitir.

2. A sociedade poderá, a todo o tempo, participar na constituição de novas sociedades, adquirir participações em sociedades de responsabilidade limitada e alienar as participações de que seja titular, por decisão dos sócios em Assembleia Geral.

## ARTIGO 9.º

1. A sociedade poderá solicitar aos sócios prestações suplementares de capital, sempre que se justifique, mediante deliberação, tomada em Assembleia Geral, fixando o montante máximo exigível.

2. Os sócios poderão prestar suprimentos à sociedade, nos termos e nas condições previamente estabelecidos em Assembleia Geral.

## CAPÍTULO III

## Gerência

## ARTIGO 10.º

A gerência da sociedade será exercida pelo sócio Carlos Afonso Soares Kiteculo Sobrinho.

## ARTIGO 11.º

1. A gerência terá, para gerir os negócios da sociedade, os mais amplos poderes de administração, limitados somente, pela legislação em vigor e pelas disposições do presente contrato de sociedade, podendo:

- a) Gerir os negócios da sociedade e efectuar todas as operações relativas ao seu objecto social;
- b) Representar a sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e fazer seguir quaisquer acções judiciais, confessar, desistir, transigir ou comprometer-se em arbitragens voluntárias;
- c) Adquirir, onerar, vender, tomar ou dar de arrendamento bens imóveis, bem como comprar, onerar, vender quotas ou acções de que seja titular noutras sociedades;
- d) Adquirir, vender ou, por qualquer outra forma, alienar ou onerar bens móveis e respectivos direitos, bem como celebrar contratos de locação financeira;
- e) Contrair empréstimos, obter financiamentos ou realizar quaisquer outras operações de crédito, junto de bancos ou instituições de crédito, nacionais ou estrangeiras;
- f) Celebrar contratos com colaboradores ou consultores técnicos;
- g) Constituir mandatários para determinados actos;
- h) Executar ou fazer cumprir os preceitos legais ou estatutários e as deliberações da Assembleia Geral.

2. É expressamente proibido conceder empréstimos aos sócios, sob pena, de responsabilização criminal.

3. A gerência poderá constituir mandatários da sociedade, especificando a extensão do mandato e as respectivas atribuições.

## ARTIGO 12.º

1. A sociedade obriga-se com a assinatura do gerente e de qualquer um dos procuradores nomeados, dentro dos limites do respectivo mandato específico.

2. É expressamente proibido ao gerente e mandatários obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios da sociedade.

## ARTIGO 13.º

1. A remuneração do gerente será fixada pela Assembleia Geral, tendo em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade, podendo ser certa ou consistir numa percentagem dos lucros.

2. A percentagem global dos lucros do exercício destinada ao gerente será determinada em Assembleia Geral.

## CAPÍTULO IV

## Assembleia Geral

## ARTIGO 14.º

A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios da sociedade

## ARTIGO 15.º

Os sócios terão na Assembleia Geral o número de votos que a lei lhes confere.

## ARTIGO 16.º

Os sócios poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral por outro sócio, ou por procurador, mediante carta dirigida à Assembleia Geral, indicando o nome, domicílio do representante e a data da Assembleia Geral.

## ARTIGO 17.º

As reuniões da Assembleia Geral são convocadas por qualquer dos sócios ou pela gerência, por meio de carta protocolada, remetida aos sócios com a antecedência mínima de trinta (30) dias ou por meio de convocatória, publicada num jornal diário com a mesma antecedência.

## ARTIGO 18.º

A Assembleia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, no primeiro trimestre de cada ano, para aprovação do relatório da gerência e dos documentos de prestação de contas da sociedade.

## CAPÍTULO V

## Disposições Gerais

## ARTIGO 19.º

O exercício social coincide com o ano civil.

## ARTIGO 20.º

Deduzidas as parcelas que, por lei, se devam destinar à formação da reserva legal, os resultados líquidos evidenciados pelo balanço anual terão a aplicação que a Assembleia Geral deliberar, podendo ser distribuídos, total ou parcialmente, pelos sócios, ou afectados a reservas.

## CAPÍTULO VI Dissolução e Liquidação

### ARTIGO 21.º

A sociedade dissolve-se nos casos previsto na lei e por deliberação dos sócios, tomada em Assembleia Geral, convocada para o efeito.

### ARTIGO 22.º

1. A liquidação será judicial ou extrajudicial, conforme for deliberado pelos sócios, em Assembleia Geral, convocada para o efeito.

2. A remuneração dos liquidatários será fixada por deliberação dos sócios em Assembleia Geral, convocada para o efeito, e constituirá encargo da liquidação.

(14-1547-L02)

### Fazenda Nobrega Frederico (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que Nobrega Joaquim Frederico, solteiro, maior, natural da Quilenda, Província do Kwanza-Sul, residente no Município de Amboim, Bairro da Cerâmica, casa s/n.º, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Fazenda Nobrega Frederico (SU), Limitada», registada sob o n.º 412/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 5 de Fevereiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

### ESTATUTO DA SOCIEDADE FAZENDA NOBREGA FREDERICO (SU), LIMITADA

#### ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Fazenda Nobrega Frederico (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Via Expressa, Km 3, junto ao Instituto Superior Politécnico de Angola-ISEA, Bairro Benfica, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

#### ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

#### ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social a exploração agrícola de uma fazenda, no projecto terra do futuro do cariango e desenvolvimento de actividades conexas no âmbito agro-florestal, pecuária e afins, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

#### ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único, Nobrega Joaquim Frederico.

#### ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

#### ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

#### ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

#### ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

#### ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

#### ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-1548-L02)

**Angobiotec, Limitada**

Certifico que, por escritura de 5 de Fevereiro de 2014, lavrada com início a folhas 44, do livro de notas para escrituras diversas n.º 342, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Edison Joel de Carvalho Rocha, casado com Nauria Irina Ferreira Romano Rocha, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rei Katyavala, Casa n.º 63;

*Segundo:* — Delfim Mampassi Esteves Martins Mawete, solteiro, maior, natural de Lisboa, Portugal, mas de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua António Feliciano de Castilho, n.º 240;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 5 de Fevereiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**PACTO SOCIAL DA SOCIEDADE  
ANGOBIOTEC, LIMITADA**

ARTIGO 1.º  
(Denominação e âmbito)

A sociedade adopta a denominação de «Angobiotec, Limitada» e a sua duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º  
(Sede)

A sede social é em Luanda, no Município de Luanda, Bairro Ingombota, Rua Rei Katyavala, Casa n.º 63, podendo mudá-la para qualquer outro local, bem como abrir sucursais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação em todo território nacional ou no estrangeiro, por conveniência e interesse societário.

ARTIGO 3.º  
(Objecto social)

1. O seu objecto social consiste em prestação de serviços em diversas áreas, comércio geral, representações comerciais, promoção e intermediação imobiliária, indústria, investimentos e participações, camionagem, agência de viagem, hotelaria e turismo, agro-pecuária, transitários, clínica, pesquisa e exploração de recursos naturais, construção

civil e obras públicas, arquitectura, fiscalização, educação e cultura, consultoria e gestão de projectos, telecomunicação, pescas, transportes, importação e exportação.

2. A sociedade pode ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade, do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

3. Para prossecução do seu objecto social, a sociedade poderá associar-se ou participar no capital de sociedades congêneres, por simples deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 4.º  
(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas sendo:

Uma quota no valor nominal de Kz: 51.000,00 (cinquenta e um mil kwanzas), e pertencente ao sócio Edison Joel de Carvalho Rocha, correspondente a 51% do capital social, outra quota no valor nominal de Kz: 49.000,00 (quarenta e nove mil Kwanzas), pertencente ao sócio Delfim Mampassi Esteves Martins Mawete, correspondente a 49% do capital social.

ARTIGO 5.º  
(Suprimentos)

1. Os sócios poderão fazer suprimentos de capital, ou outras prestações acessórias nos termos, preços e condições que vierem a ser acordados em Assembleia Geral.

2. Os suprimentos com carácter permanente, excedendo um ano deverão constar de contrato escrito.

ARTIGO 6.º  
(Cessão de quotas)

1. A cessão de quotas, total ou parcial, entre sócios ou seus herdeiros é livre, porém, quando feita a estranhos fica dependente da sua aprovação pela Assembleia Geral.

2. Havendo cessão de quotas na sociedade, os sócios, por essa ordem, gozam do direito de preferência.

ARTIGO 7.º  
(Gerência e administração)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os actos e contratos, em juízo e fora dele, serão exercidas pelos 2 (dois) sócios que desde já ficam nomeados gerentes, sendo necessárias as duas assinaturas, para obrigar validamente a sociedade, salvo em caso de mero expediente que pode ser assinado por um dos sócios.

2. A gerência será remunerada conforme vier a ser deliberado em Assembleia Geral.

3. A sociedade poderá constituir mandatários ou procuradores, passando para o efeito os respectivos mandatos.

4. Os gerentes poderão delegar aos sócios ou em pessoa estranha a sociedade, parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

5. Fica vedado aos gerentes, obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º  
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais serão convocadas por meio de anúncios ou cartas registadas, dirigidas aos sócios, com pelo menos (30) trinta dias de antecedência.

2. Se qualquer dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilatação suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 9.º  
(Repartição de resultados)

Os lucros líquidos apurados depois de deduzida a percentagem de 30% (trinta por cento) para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para fundos especiais acordados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º  
(Balanço)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato.

ARTIGO 11.º  
(Dissolução da sociedade)

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente ou capaz e com os herdeiros ou legais representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

ARTIGO 12.º  
(Amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, pelo seu valor nominal, nos seguintes casos:

- Se essa quota for objecto de penhora, arresto ou qualquer outra forma de pressão judicial;
- Por acordo com o respectivo titular;
- Se essa quota tiver sido cedida com a violação do disposto no artigo 6.º do presente estatuto, ou da lei em vigor;
- Se o seu titular a tiver adquirido a algum dos sócios, em resultado de processo judicial ou arbitral;
- Por exoneração ou exclusão do sócio.

ARTIGO 13.º  
(Dissolução por acordo dos sócios)

1. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como para eles acordarem.

2. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 14.º  
(Omissos)

No omissos regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, as deliberações sociais, tomadas em forma legal, e demais legislação aplicável.

(14-1549-L02)

Fazenda António Naeto (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Licenciada em Direito, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché da Empresa.

Certifico que António Tchingongo Naeto, solteiro, maior, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente no Kwanza-Sul, Sumbe, Bairro Kimbambala Chingo, casa s/n.º, Zona 4, constitui uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «Fazenda António Naeto (SU), Limitada», registada sob o n.º 406/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché da Empresa, em Luanda, 5 de Fevereiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE  
FAZENDA ANTÓNIO NAETO (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º  
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Fazenda António Naeto (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Via Expressa, Km 3, junto ao Instituto Superior Politécnico de Angola-ISEA, Bairro Benfica, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º  
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º  
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social principal a exploração agrícola de uma fazenda, no projecto terra do futuro do cariangó e o desenvolvimento de actividades conexas no âmbito agro-florestal, pecuárias e afins.

ARTIGO 4.º  
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma quota (1) no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio António Tchingongo Naeto.

ARTIGO 5.º  
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.



ARTIGO 6.º  
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear em pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º  
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º  
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º  
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-1550-L02)

**WORKBUILD — Engenharia, S. A.**

Certifico que, de folhas 13 a 15 do livro de notas para escrituras diversas n.º 478-B, deste Cartório Notarial, encontra-se lavrada a escritura de teor seguinte:

Alteração da denominação e sede social, alteração parcial do pacto social na sociedade «RUI RIBEIRO ANGOLA — Construções, S. A.».

No dia 13 de Setembro de 2013, em Luanda, no 4.º Cartório Notarial sito no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua do Lobito n.º 34, perante mim, Notária Guimarães Martinho João da Silva, compareceu como outorgante:

Arlindo Assunção de Sousa Lima Viegas Narciso, casado, natural da Maianga, Província de Luanda, onde

reside habitualmente, na Rua Eduardo Mondlane, n.º 96-B, Bairro e Distrito da Maianga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000074298LA033, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, aos 2 de Fevereiro de 2010, que outorga neste acto em nome e representação da sociedade anónima denominada «RUI RIBEIRO ANGOLA — Construções, S. A.» com sede em Luanda, Município do Kilamba Kiaxi, Rua Deolinda Rodrigues, Lote-A, Edifício Fermat, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 187-09/090402.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento, a qualidade em que intervém e suficiência dos seus poderes para este acto, verifiquei-as em face da Acta Avulsa datada de 23 de Abril de 2013, no fim mencionados.

E por ele foi dito:

Que a sociedade anónima denominada «RUI RIBEIRO ANGOLA — Construções, S. A.», tem a sua sede em Luanda, Município de Kilamba Kiaxi, Rua Deolinda Rodrigues, Lote A-6, Edifício Fermat, constituída por escritura de 3 de Fevereiro de 2009, lavrada com início a folhas 54, do livro de notas para escrituras diversas n.º 965-B, do 1.º Cartório Notarial de Luanda, alterada por várias escrituras, sendo a última de 19 de Julho de 2010, lavrada a folhas 99, do livro de notas para escrituras diversas n.º 967-C, com o capital social de Kz: 15.000.000,00, dividido e representado por 30.000 acções, de valor nominal de Kz: 500,00, cada uma, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 187-09/090402.

Que na qualidade de únicos sócios da indicada sociedade, os seus representados deliberam por unanimidade, em Assembleia Geral, de 23 de Abril de 2013, com dispensa de formalidade prévia, alterar o pacto social, nos seguintes termos:

Alteração da denominação social e mudança de sede social.

No âmbito da deliberação supracitada alterar a denominação da sociedade, «RUI RIBEIRO ANGOLA — Construções, S. A.», para WORKBUILD — Engenharia, S. A.», ainda no âmbito da mesma deliberação, transferem a sede social da sociedade da Rua Deolinda Rodrigues, Lote A-6, Edifício Fermat, Município do Kilamba Kiaxi, para Rua Comandante Kwenha, n.º 287, Bairro Maculusso, Distrito da Ingombota, Província de Luanda.

Que, em consequência dos actos praticados, alteram os artigos 1.º 2.º, 3.º e 13.º, que passarão ter a seguinte redacção:

## ARTIGO 1.º

A sociedade tem como denominação social «WORKBUILD — Engenharia, S. A.».

## ARTIGO 2.º

1. A sociedade tem a sua sede social em Luanda, Rua Comandante Kwenha, n.º 287, Bairro Maculusso, Distrito da Ingombota.

## ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem por objecto social a indústria de construção e obras públicas, bem como a com-

pra e venda e a administração de imóveis e ainda a prestação de serviços e a elaboração de estudos e projectos relativos a esse fim.

2. A sociedade pode ainda, mediante deliberação da Assembleia Geral, adquirir, onerar e alienar participações em quaisquer outras sociedades de direito angolano ou estrangeiro independentemente do tipo ou objecto social, e poderá também participar de projectos ou obras em formas de cooperação entre empresas comerciais, designadamente associações em participação, consórcio ou agrupamentos complementares de empresas.

#### ARTIGO 13.º

1. A administração da sociedade incumbe a um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, composto por três, cinco, sete membros, conforme for deliberado pelos accionistas, um dos quais será presidente e demais vogais.

O que não foi alterado considera-se firme e válido.

Assim o disse e outorgou.

Instruíram este acto:

- a) Documentos legais das sociedades em apreço;
- b) Duas actas avulsas da dita sociedade deliberada, aos 23 de Abril de 2013, outra aos 28 de Julho de 2013.

Ao outorgante e na presença do mesmo fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade de se requerer o registo do acto no prazo de noventa dias, a contar desta data.

O Notário, *Guimarães Martinho João da Silva*.

(14-1724-L01)

#### Ultra Works, Limitada

Certifico que, por escritura de 15 de Outubro de 2013, lavrada com início a folhas 92, do livro de notas para escrituras diversas n.º 170-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo da Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Adérito Walter Samuel Cutoca, casado com Joaquina Vissapa Dangala Baião Cutoca, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Uíge, Província de Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, Casa n.º 1, Zona 20;

*Segundo:* — Honório João Adolfo, solteiro, maior, natural do Sanza Pombo, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, Bloco 24, rés-do-chão, Apartamento A, Zona 20;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Outubro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

### ESTATUTO DA SOCIEDADE ULTRA WORKS, LIMITADA

#### ARTIGO 1.º

##### (Denominação e sede)

A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a denominação «Ultra Works, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Vila Estoril, Bloco 13, Casa n.º 1, rés-do-chão, Bairro Golfe II, Distrito do Kilamba Kiaxi, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

#### ARTIGO 2.º

##### (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

#### ARTIGO 3.º

##### (objecto)

A sociedade tem como objecto social a informática, prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio geral, comércio a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecções, transporte marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

#### ARTIGO 4.º

##### (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 65.000,00 (sessenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Adérito Walter Samuel Cutoca, e uma quota no valor nominal de Kz: 35.000,00 (trinta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Honório João Adolfo.

**ARTIGO 5.º**  
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

**ARTIGO 6.º**  
(Gerência)

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Adérito Walter Samuel Cutoca, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

**ARTIGO 7.º**  
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

**ARTIGO 8.º**  
(Divisão dos Lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas.

**ARTIGO 9.º**  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sócio sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 10.º**  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

**ARTIGO 11.º**  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

**ARTIGO 12.º**  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ARTIGO 13.º**  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

**ARTIGO 14.º**  
(Omisso)

No omisso se aplicarão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(13-18068-L02)

**SOCEAVE — Sociedade de Exploração**  
**Avícola, Limitada**

Certifico que, de folhas 74 a 76 do livro de notas para escrituras diversas com o n.º 471-A, deste Cartório Notarial, encontra-se lavrada e registada a escritura de teor seguinte:

Aumento e alteração do pacto social na sociedade «SOCEAVE — Sociedade de Exploração Avícola, Limitada».

Aos 23 do mês de Novembro de 2013, em Luanda e no 4.º Cartório Notarial da Comarca, sito na Rua de Lobito n.º 34, perante mim, Guimarães Martinho João da Silva, Notário, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Domingos Simão Salvador, solteiro, maior, natural de Cacusó, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, Rua Ngola Kiluange, Casa n.º 60, Bairro Bandeira, Município de Cacucó, titular do Bilhete de Identidade n.º 001011833ME039, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil em Luanda, aos 14 de Novembro de 2008;

*Segundo:* — João Baptista Coelho Júnior, viúvo, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Rua Nkwame Kruma n.º 69, Zona 8, Bairro Maculusso, Distrito da Ingombota, Município de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 002221583LA034, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil em Luanda, aos 14 de Maio de 2013;

*Terceiro:* — Joaquim de Pina, solteiro, maior, natural de Fogo — Cabo Verde, residente habitualmente em Luanda, Casa n.º 60, Bairro Bandeira, Município de Cacucó, titular do Cartão de Residência n.º N017923/01548708, emitido pelos Serviços de Migração e Estrangeiros em Luanda, aos 7 de Julho de 2003. Verifiquei a identidade dos outorgantes, mediante exibição dos seus Bilhetes de Identidade. Disseram o primeiro o segundo e o terceiro outorgantes:

Que, são os únicos sócios da «SOCEAVE — Sociedade de Exploração Avícola, Limitada», sociedade por quotas, com sede em Luanda, na Estrada do Kicolo, nas Instalações do Aviário n.º 31, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob n.º 1993.63293, com o n.º de Identificação Fiscal 5411015332 e o capital social integralmente realizado, no valor de Kz: 6.000.000,00 (seis milhões de novos kwanzas), e representado do seguinte modo, três quotas no valor nominal de Kz: 20.000,00 (dois milhões de novos kwanzas), cada pertencentes aos sócios Domingos Simão Salvador, João Baptista Coelho Júnior e Joaquim de Pina, respectivamente.

Que, na qualidade de únicos sócios da referida sociedade, decidiram por unanimidade, constituir, se em Assembleia Geral, de 15 de Julho de 2013, com dispensa de formalidade prévia, para deliberar sobre o aumento do capital social e mudança de objecto social e alteração parcial do pacto social que adiante se vai efectuar.

Que, pela presente escritura, os outorgantes aumentam o capital social do seu actual montante de Kz: 6.000,00 (seis mil kwanzas) para Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) sendo o aumento efectuado de Kz: 94.000,00 (noventa e quatro mil kwanzas), e em consequência alteram o artigo 5.º que passa a ter a seguinte nova redacção:

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado e representado do seguinte modo, duas quotas no valor nominal de Kz: 38.000,00 (trinta e oito mil kwanzas) cada, pertencente aos sócios Domingos Simão Salvador e João Baptista Coelho Júnior e uma quota no valor nominal de Kz: 24.000,00 (vinte quatro mil kwanzas), pertencente ao sócio Joaquim de Pina respectivamente.

Os outorgantes alteram ainda o artigo 3.º que passa a ter a seguinte redacção.

#### ARTIGO 3.º

O objecto da sociedade é o exercício agro-pecuária, comércio geral, a grosso e a retalho, fabricação de ração animal, agricultura, pesca, construção civil, importação e exportação, podendo ainda exercer outras actividades comerciais ou indústrias, em que os sócios acordem satisfeitos que sejam os requisitos legais. Assim o disseram e outorgaram.

Instruíram este acto:

a) Acta deliberativa da assembleia de 15 Julho de 2013;

b) Documentos legais da sociedade em apreço.

Finalmente, lida e explicado o seu conteúdo por responder a vontade firme e esclarecida das partes, vai a presente escritura ser assinada pelos intervenientes e por mim Notário, com advertência da obrigatoriedade de se requerer o registo do acto no prazo de 90 dias, a contar da presente data.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme ao original.

4.º Cartório Notarial da Comarca, de Luanda, em Luanda, 15 de Novembro de 2013. — O Ajudante, *ilegível*.

(14-1349-L01)

### Organizações Vita & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 88 do livro de notas para escrituras diversas n.º 339, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

João Samuel Vita, solteiro, maior, natural de Mbanza Congo, Província do Zaire, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Vila Alice, rua e casa s/n.º, que outorga neste acto por si individualmente e em representação de seus filhos menores Gourgel de Almeida Samuel Vita, de um ano de idade e Luísa de Almeida Samuel Vita, de quatro meses de idade, ambos naturais de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

### ESTATUTO DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES VITA & FILHOS, LIMITADA

#### ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Organizações Vita & Filhos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Bengo, casa s/n.º, Bairro Hoji-Ya-Henda, Município do Cazenga, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

#### ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

#### ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social, comércio geral, a grosso e a retalho, importação e exportação, prestação de serviços, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres, camionagem, transitários, rent-

-a-car, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

**ARTIGO 4.º**  
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente, realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio João Samuel Vita e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Luísa de Almeida Samuel Vita e Gourgel de Almeida Samuel Vita, respectivamente.

**ARTIGO 5.º**  
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

**ARTIGO 6.º**  
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio João Samuel Vita, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

**ARTIGO 7.º**  
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

**ARTIGO 8.º**  
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

**ARTIGO 9.º**  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 10.º**  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

**ARTIGO 11.º**  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

**ARTIGO 12.º**  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ARTIGO 13.º**  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

**ARTIGO 14.º**  
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-0880-L02)

**Grupo Manuel da Costa António**  
— Agro-indústria, Limitada

Certifico que, por escritura de 21 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 12, do livro de notas para escrituras diversas n.º 185-A, do Cartório Notarial do Guiché



Que, são os únicos sócios da «SOCEAVE — Sociedade de Exploração Avícola, Limitada», sociedade por quotas, com sede em Luanda, na Estrada do Kicolo, nas Instalações do Aviário n.º 31, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob n.º 1993.63293, com o n.º de Identificação Fiscal 5411015332 e o capital social integralmente realizado, no valor de Kz: 6.000.000,00 (seis milhões de novos kwanzas), e representado do seguinte modo, três quotas no valor nominal de Kz: 20.000,00 (dois milhões de novos kwanzas), cada pertencentes aos sócios Domingos Simão Salvador, João Baptista Coelho Júnior e Joaquim de Pina, respectivamente.

Que, na qualidade de únicos sócios da referida sociedade, decidiram por unanimidade, constituir, se em Assembleia Geral, de 15 de Julho de 2013, com dispensa de formalidade prévia, para deliberar sobre o aumento do capital social e mudança de objecto social e alteração parcial do pacto social que adiante se vai efectuar.

Que, pela presente escritura, os outorgantes aumentam o capital social do seu actual montante de Kz: 6.000,00 (seis mil kwanzas) para Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) sendo o aumento efectuado de Kz: 94.000,00 (noventa e quatro mil kwanzas), e em consequência alteram o artigo 5.º que passa a ter a seguinte nova redacção:

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado e representado do seguinte modo, duas quotas no valor nominal de Kz: 38.000,00 (trinta e oito mil kwanzas) cada, pertencente aos sócios Domingos Simão Salvador e João Baptista Coelho Júnior e uma quota no valor nominal de Kz: 24.000,00 (vinte quatro mil kwanzas), pertencente ao sócio Joaquim de Pina respectivamente.

Os outorgantes alteram ainda o artigo 3.º que passa a ter a seguinte redacção.

#### ARTIGO 3.º

O objecto da sociedade é o exercício agro-pecuária, comércio geral, a grosso e a retalho, fabricação de ração animal, agricultura, pesca, construção civil, importação e exportação, podendo ainda exercer outras actividades comerciais ou indústrias, em que os sócios acordem satisfeitos que sejam os requisitos legais. Assim o disseram e outorgaram.

Instruíram este acto:

a) Acta deliberativa da assembleia de 15 Julho de 2013;

b) Documentos legais da sociedade em apreço.

Finalmente, lida e explicado o seu conteúdo por responder a vontade firme e esclarecida das partes, vai a presente escritura ser assinada pelos intervenientes e por mim Notário, com advertência da obrigatoriedade de se requerer o registo do acto no prazo de 90 dias, a contar da presente data.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme ao original.

4.º Cartório Notarial da Comarca, de Luanda, em Luanda, 15 de Novembro de 2013. — O Ajudante, *ilegível*.

(14-1349-L01)

### Organizações Vita & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 88 do livro de notas para escrituras diversas n.º 339, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

João Samuel Vita, solteiro, maior, natural de Mbanza Congo, Província do Zaire, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Vila Alice, rua e casa s/n.º, que outorga neste acto por si individualmente e em representação de seus filhos menores Gourgel de Almeida Samuel Vita, de um ano de idade e Luísa de Almeida Samuel Vita, de quatro meses de idade, ambos naturais de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

### ESTATUTO DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES VITA & FILHOS, LIMITADA

#### ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Organizações Vita & Filhos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Bengo, casa s/n.º, Bairro Hoji-Ya-Henda, Município do Cazenga, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

#### ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

#### ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social, comércio geral, a grosso e a retalho, importação e exportação, prestação de serviços, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres, camionagem, transitários, rent-

-a-car, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

**ARTIGO 4.º**  
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente, realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio João Samuel Vita e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Luísa de Almeida Samuel Vita e Gourgel de Almeida Samuel Vita, respectivamente.

**ARTIGO 5.º**  
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

**ARTIGO 6.º**  
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio João Samuel Vita, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

**ARTIGO 7.º**  
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

**ARTIGO 8.º**  
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

**ARTIGO 9.º**  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 10.º**  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

**ARTIGO 11.º**  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

**ARTIGO 12.º**  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ARTIGO 13.º**  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

**ARTIGO 14.º**  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-0880-L02)

**Grupo Manuel da Costa António**  
— Agro-indústria, Limitada

Certifico que, por escritura de 21 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 12, do livro de notas para escrituras diversas n.º 185-A, do Cartório Notarial do Guiché

Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — José Manuel da Costa António, solteiro, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Kinanga, Travessa 2;

*Segundo:* — Paulo Jorge Pereira de Almeida, solteiro, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Kinanga, Rua Guerrilheiro Maquebo.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 22 de Janeiro de 2014. — O Ajudante, *ilegível*.

## ESTATUTOS DA SOCIEDADE GRUPO MANUEL DA COSTA ANTÓNIO — AGRO-INDÚSTRIAL, LIMITADA

### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Grupo Manuel da Costa António — Agro-indústria, Limitada», com sede social na Província de Luanda, na Travessa II Casa n.º 30, Zona 4, Bairro Kinanga, Distrito Urbano da Ingombota, Município de Luanda, Luanda - Angola, podendo por deliberação da Assembleia Geral, mudar a sede, instalar sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação, onde for mais conveniente aos interesses sociais, dentro ou fora do País.

### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, e o seu início para todos os efeitos legais, a partir da data da escritura pública notarial.

### ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a indústria transformadora, promoção e comercialização de géneros alimentares, comércio geral, a grosso e a retalho, importação e exportação, comercialização de produtos congelados e alimentares, transporte, indústria transformadora, prestação de serviços, agricultura, hotelaria e turismo, exploração mineira, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade em que os sócios acordem e seja permitida pela legislação em vigor.

### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado em 2 (duas) quotas sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio, José Manuel da Costa António, e a outra quota no valor nominal de Kz: 10.000, 00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio, Paulo Jorge Perreira de Almeida, respectivamente.

### ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios, se a sociedade dele não quiser fazer uso.

### ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente incumbem ao sócio José Manuel da Costa António, que fica desde já nomeado gerente com dispensa de caução bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1.O sócio-gerente nomeado poderá delegar no outro sócio ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a Sociedade em actos ou contratos de interesse alheios aos negócios sociais, tais como letras de favor, finanças, abonações ou actos semelhantes.

### ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação, se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

### ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

### ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento, de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiro ou representantes do sócio falecido, ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

### ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender será o activo social liquidado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

### ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio quando sobre ela recaia arresto penhora ou providência cautelar.

## ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda com expressa renúncia a qualquer outro.

## ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano devendo encerrar a 31 de Março imediato.

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/4, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-1053-L02)

**Generis, Limitada**

Certifico que, com início a folhas 35, do livro de notas para escritura diversas n.º 981-A, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Aumento de capital social, cessão de quota, alteração parcial do pacto social, renúncia e nomeação de gerente na sociedade «Generis, Limitada».

No dia 16 de Outubro de 2013, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial da Comarca, a cargo do Notário, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, perante mim, Pedro Manuel Dala, Notário-Adjunto, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Nuno Miguel Fraga Monteiro, casado com Bethy Theobald Larsen, sob o regime da comunhão de bens adquiridos, natural de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Município do Rangel, Bairro Nelito Soares, Largo do Bocage, n.º 23, Zona 1, titular do Bilhete de Identidade n.º 001257749LA030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Luanda, aos 21 de Julho de 2011.

*Segundo:* — Manuel António Domingos Juca, solteiro, maior, natural de Ambriz, Bengo, residente habitualmente em Luanda, no Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua do Bengo, n.º 3, Zona 17, titular do Bilhete de Identidade n.º 000130047BO036, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Luanda, aos 29 de Junho de 2012.

*Terceiro:* — Feizal Esmail, casado com Inês de Bianchi Gervásio Marques Esmail, no regime da comunhão de bens adquiridos, natural de Moçambique, mas de nacionalidade portuguesa, titular do Passaporte n.º L480883, emitido em Luanda (Angola), aos 3 de Setembro de 2010 e portador da autorização de residência temporária n.º P026645/02153508, emitida em 20 de Novembro de 2012, pelo SME de Luanda, residente habitualmente em Luanda, na Rua José Duro, s/n.º

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos.

E, pelo primeiro e segundo outorgantes foi dito:

Que são ao presente os actuais e únicos sócios da sociedade comercial denominada «Generis, Limitada», com sede em Luanda, na Rua Joaquim Kapango, n.º 13, constituída por escritura de 30 de Julho de 2008, no Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, lavrada com início a folhas 43, do livro 71, com capital social de Kz: 75.000,00, integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas distintas, sendo uma do valor nominal de Kz: 67.500,00, pertencente ao sócio Nuno Miguel Fraga Monteiro e uma quota do valor nominal de Kz: 7.500,00, pertencente ao sócio Manuel António Domingos Juca, respectivamente, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 1372/08.

Que, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, da sociedade, realizada aos 20 de Novembro de 2011, pela presente escritura, praticam os seguintes actos:

Aumento do capital social: o primeiro e o segundo outorgantes como únicos sócios da sociedade, deliberaram um aumento do capital social da sociedade, em dinheiro, no montante de Kz: 25.000,00, na proporção das respectivas quotas. O sócio Nuno Miguel Fraga Monteiro fez uma nova entrada em dinheiro, no montante de Kz: 22.500,00, valor que acresce à quota que este já possui na sociedade, ficando esta com uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00, correspondente a 90% do capital social. O sócio Manuel António Domingos Juca fez uma nova entrada em dinheiro, no montante de Kz: 2.500,00, valor que acresce à quota que este já possui na sociedade, ficando este com uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00, correspondente a 10% do capital social.

O capital social da sociedade passou a ser de Kz: 100.000,00, (cem mil kwanzas).

Cessão de quotas: o primeiro outorgante Nuno Miguel Fraga Monteiro, detentor de uma quota do valor nominal de Kz: 90.000,00, cede a sua quota ao terceiro outorgante Feizal Esmail, pelo seu valor nominal e com consentimento do outro sócio.

Em virtude da cessão de quota, o primeiro outorgante renuncia à gerência da sociedade.

Disse o terceiro outorgante:

Que, aceita a referida cessão nos seus exactos termos.

Alteração do objecto social: o segundo e terceiro outorgantes alteram o objecto social da sociedade, para comércio geral a grosso e a retalho, de produtos de hotelaria e similar, produtos de informática, electrónica e telefonia móvel, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, venda de material de escritório e escolar, transportes de passageiros ou de mercadorias, aluguer de viaturas com ou sem motorista, medicamentos e material gastável hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos e de farmácia, representações, prestação de serviços, colégios, escolas de línguas,

educação, cultura e ensino, importação e exportação, venda de mobiliário de lar e escritório, produtos e utensílios e equipamentos agrícolas, venda de materiais acabados de construção e afins, venda de bebidas e refrigerantes e produtos de pastelaria, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

Mais declaram o segundo e terceiro outorgantes que, em consequência dos actos precedentes, alteram parcialmente o pacto social nos seus artigos 3.º, 4.º e 7.º, os quais passam a ter a seguinte nova redacção.

**ARTIGO 3.º**  
(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto social, o comércio geral, a grosso e a retalho de produtos de hotelaria e similar, produtos de informática, electrónica e telefonia móvel, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, venda de material de escritório e escolar, transportes de passageiros ou de mercadorias, aluguer de viaturas com ou sem motorista, medicamentos e material gastável hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos e de farmácia, representações, prestação de serviços, colégios, escolas de línguas, educação, cultura e ensino, importação e exportação, venda de mobiliário de lar e escritório, produtos e utensílios e equipamentos agrícolas, venda de materiais acabados de construção e afins, venda de bebidas e refrigerantes e produtos de pastelaria, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

2. Mantém-se.

**ARTIGO 4.º**  
(Capital social)

O capital social, integralmente realizado em numerário e já depositado, é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), representado pelas seguintes quotas:

- a) Uma quota com o valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas) pertencente ao sócio Feizal Esmail;
- b) Uma quota com o valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Manuel António Domingos Juca.

**ARTIGO 7.º**  
(Gerência)

- 1. A administração e representação da sociedade serão exercidas pelo sócio Feizal Esmail.
- 2. Mantém-se.
- 3. Mantém-se.

Finalmente disseram que, mantêm-se válidas as cláusulas não alteradas por esta escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Certidão Comercial da Sociedade, emitida em 19 de Agosto de 2013;
- b) Acta Avulsa n.º 01/2011;
- c) Diário da República;
- d) Documento bancário comprovativo da realização do aumento do capital social.

Aos outorgantes e na sua presença fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 16 de Outubro de 2013. — O Notário-Adjunto, *Filomena Manuel A. J. Augusto*.

(14-0556-L01)

**BOA AMIZADE — Ensino Particular do I, II, e III Níveis, Limitada**

Certifico que, com início a folhas 6, do livro de notas para escrituras diversas n.º 983-C, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Cessão de quotas, admissão de novos sócios e alteração parcial do pacto social na sociedade «BOA AMIZADE — Ensino Particular do I, II e III Níveis, Limitada».

No dia 21 de Janeiro de 2014, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, a cargo do Notário Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, perante mim, Pedro Manuel Dala, Notário-Adjunto, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Gaspar Pedro de Sousa, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro do Prenda, portador do Bilhete de Identidade n.º 000237897ME014, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 6 de Janeiro de 2012;

*Segundo:* — Bernarda Luís Ribeiro Milengo, solteira, maior, natural da Samba, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua da 8.ª Esquadra, Casa n.º 4-A, Zona 6, portadora do Bilhete de Identidade n.º 001606673LA032, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 11 de Março de 2005;

*Terceiro:* — Francisca Ribeiro da Costa Tomás, casada com Josué André Capassa Tomás, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Samba, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Dangereux, casa s/n.º, Zona 20, portadora do Bilhete de Identidade n.º 002017029LA030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 27 de Dezembro de 2011;

*Quarto:* — Ruth Conceição Ribeiro da Costa, casada com Hélder António Morais da Costa, sob o regime de comunhão



de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento, Avenida 21 de Janeiro n.º 12, Zona 3, portador do Bilhete de Identidade n.º 000707921LA032, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 12 de Outubro de 2012.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos.

Pelo primeiro e segundo outorgantes foi dito:

Que, são ao momento os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas de direito angolano, sob a denominação «BOA AMIZADE — Ensino Particular do I, II, e III Níveis, Limitada», com sede em Luanda, no Município do Kilamba Kiaxi, Bairro Kilamba Kiaxi, 9-A, Contribuinte Fiscal n.º 5402135789, constituída por escritura de 22 de Junho de 2006, lavrada com início a folhas 79, do livro de notas para escrituras diversas n.º 946-D, deste Cartório Notarial, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 2014.12, publicada em Diário da Republica III série, n.º 226, de 27 de Novembro de 2012, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro e acha-se dividido e representado por duas quotas iguais de valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Gaspar Pedro Sousa, e Bernarda Luís Ribeiro Milengo.

Que, em obediência ao estabelecido em Acta n.º 1/2013, da Assembleia Geral, realizada aos 5 de Novembro de 2013, pela presente escritura, conforme deliberações constantes da acta, com renúncia e consentimento expresso da sociedade, a sua quota de valor nominal de Kz: 50.000, 00 (cinquenta mil kwanzas) correspondente a 50% do capital social da sociedade, divide em duas novas quotas de igual valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, que cede cada uma das referidas quotas à terceira outorgante Francisca Ribeiro da Costa Tomás, e quarta outorgante, Ruth Conceição Ribeiro da Costa, que deste modo são admitidas à sociedade como novas sócias, que esta cessão é feita com todos os correspondentes direitos e obrigações, e deste modo aparta-se definitivamente da sociedade, nada mais tendo a reclamar e renuncia expressamente a gerência e administração.

Que estas cessões foram feitas pelos valores de Kz: 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil kwanzas), equivalentes a USD 75.000,00 (setenta e cinco mil dólares norte americanos), cada uma das quotas livre de penhor, encargos ou responsabilidades.

Pela segunda terceira e quarta outorgantes foi dito:

Que, aceitam as referida cessões nos seus exactos termos.

Que, por esta escritura alteram parcialmente o pacto social da sociedade, nos seus artigos 4.º e 6.º, os quais passam a ter a seguinte nova redacção:

#### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas distintas, sendo uma do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Bernarda Luís Ribeiro Milengo, e outras duas quotas iguais de valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencente às sócias Francisca Ribeiro da Costa Tomás, e Ruth Conceição Ribeiro da Costa.

#### ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Bernarda Luís Ribeiro Milengo, que dispensando de caução fica desde já nomeada gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. A sócia-gerente poderá delegar às sócias em conjunto ou individualmente, e em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

Finalmente disseram as outorgantes que se mantêm válidas e inalteradas as restantes cláusulas dos estatutos da sociedade;

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo os seguintes documentos:

- a) *Diário da República* com a publicação dos estatutos;
- b) Certidão comercial da sociedade;
- c) Acta n.º 1/2013, da Assembleia Geral de 5 de Novembro de 2013;
- d) Certidão Notarial de constituição da sociedade.

Em voz alta e na presença de todos fiz a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, e adverti os outorgantes de que este acto deve ser registado no prazo de 90 dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Luanda, aos 23 de Janeiro de 2014. — A Ajudante,  
Filomena Manuel A. João Augusto. (14-1275-L06)

#### Esmeralda Jústina da Cunha

Certifico que, por escritura de 12 de Novembro do ano de 2011, lavrada com início da folha 89 verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º 1/2011, deste 1.º Cartório Notarial da Comarca do Kunene, perante mim, Domingos

Pedro Kahala, Notário do referido Cartório, a meu cargo, se acha lavrada a escritura com o seguinte teor:

No dia 12 de Novembro de 2011 em Ondjiva e no Cartório Notarial da Comarca do Kunene, compareceu como outorgante Esmeralda Justina da Cunha, solteira, natural de Caconda, Província da Huila, Portadora do B.I n.º 002459327HA039, passado pelo Arquivo de Identificação de Luanda, aos 12 de Novembro de 2006, residente em Ondjiva, Província do Kunene.

Verifiquei a identidade da outorgante pela exibição do respectivo bilhete de identidade que me reporta extrair a respectiva escritura, uma empresa de responsabilidade limitada, que se regerá sob as cláusulas constantes dos artigos seguintes:

#### ARTIGO 1.º

A empresa adopta a denominação de «Esmeralda Justina da Cunha», tem a sua sede em Ondjiva, Província do Kunene.

#### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da presente escritura.

#### ARTIGO 3.º

O seu objecto social é o exercício de comércio geral grosso e a retalho, prestação de serviços botequim, hotelaria e turismo, transporte importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade, permitido por lei de acordo com as limitações legais para o efeito.

#### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, não dividido e representado por ela própria, constituído a herança dos filhos legítimos, para todos os efeitos.

#### ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capitais, mas ela própria poderá delegar a empresa os suplementares de que ela necessitar, juros e nas condições que estipular.

#### ARTIGO 6.º

A cessão de quotas da empresa não serão divididos, dependerá dela própria.

#### ARTIGO 7.º

A gerência e administração da empresa, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, serão exercidas por ela própria dispensando assinatura para obrigar validamente a empresa.

A empresa poderá delegar outros parceiros que vierem a integrar a empresa, nacional ou estrangeiro, ou em nome das pessoas estranhas, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo o respectivo mandato, basta uma procuração.

#### ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de 5% para o fundo de reserva legal, quando devida ou quaisquer outras percentagens para o fundo espe-

ciais criados, não serão divididos em proporção da sua quota, bem como as perdas se as houver, dependerá dela própria.

#### ARTIGO 9.º

A empresa não se dissolverá por morte ou interdição, continuando a sua existência com os herdeiros, da própria falecida ou interdita, que nomeará entre eles, um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

#### ARTIGO 10.º

A empresa dissolver-se-á por deliberação dela própria ou nos casos previsto por lei.

#### ARTIGO 11.º

É permitido o aumento de quotas ou fundo em moeda interna ou externa para o reforço da capacidade financeira para o desenvolvimento dos projectos da empresa obedecendo os critérios ou normas estipuladas por lei.

#### ARTIGO 12.º

Para todas questões emergentes e atinentes do presente acto, quer entre os herdeiros ou representante, ela própria ou quem vier a integrar a empresa, fica o Tribunal Provincial do Kunene indicado para arbitrar os assuntos que por força da lei ultrapassa a competência da própria.

No omissio, regularão as disposições da Lei n.º 13 de Fevereiro de 2004 e as demais legislações aplicáveis.

#### ARTIGO 13.º

Para o efeito mandei passar a presente escritura que vai ser lida em voz alta perante a outorgante, explicando o conteúdo do respectivo documento que vai por ela assinada e por Notário.

Fica desde já com advertência de que no prazo de 90 dias apresentar-se-á a Conservatória do Registo Comercial no sentido de proceder o registo da empresa.

Cartório Notarial da Comarca do Kunene, em Ondjiva, aos 12 de Novembro de 2011.— O Notário, *Domingos Pedro Kahala*.  
(14-1334-L01)

### João Fernando Capir & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 10 de Janeiro de 2014, lavrada neste Cartório e exarada no Sistema Integrado Notarial deste Cartório, a cargo de António Napoleão, licenciado em Direito e Notário do referido Cartório, houve admissão de novas sócias, aumento do capital social e alteração parcial do pacto social na sociedade por quotas, denominada, «João Fernando Capir & Filhos, Limitada», «Jofecafilda», com sede no Balombo, constituída por escritura de 18 de Março de 1992, lavrada neste Cartório Notarial e exarada com início a folhas 79 verso, do livro de notas para escrituras diversas, n.º A-219, com o capital social de NKz: 2.500.000,00 dividido e representado por três quotas, sendo uma quota no valor nominal de NKz: 1.500.000,00, pertencente ao sócio João Fernando Capir e duas quotas iguais no valor nominal de NKz: 500.000,00, cada uma, pertencentes aos sócios Claudeth Adriana Capir e Osvaldo Adriano Capir.

Que, de conformidade com a deliberação da reunião da Assembleia Geral de sócios, realizada aos 31 de Agosto de 2010, na sua sede social, conforme a acta n.º 1/10, que para os devidos efeitos me foi apresentada e arquivo neste Cartório Notarial, pela presente escritura, os sócios admitem para a sociedade Ruth Esmeralda Kaleka Capir, Elizabeth Julieta Kaleka Capir, Lídia Deolinda Adriano Capir e Júlia Nangueve Capir como novas sócias e por unanimidade, transferem a sede social do Município do Balombo para o Município de Benguela à Rua Governador Silvino Silvério Marques, n.º 23, Bairro do Dokota, e de harmonia a moeda nacional, actualizam o capital social de Novos Kwanzas para o Kwanza actual. E verificando-se que, operada a conversão duma moeda para outra, o capital social não atinge o valor mínimo exigível por lei, nos termos do artigo 222.º da Lei das Sociedades Comerciais, aumentam o mesmo para Kz: 50.000.000,00, valor este subscrito por sete quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 44.000.000,00, pertencente ao sócio João Fernando Capir e seis quotas iguais no valor nominal de Kz: 1.000.000,00, cada uma, pertencentes aos sócios Claudeth Adriana Capir Segunda, Osvaldo Adriano Capir, Ruth Esmeralda Kaleka Capir, Elizabeth Julieta Kaleka Capir, Lídia Deolinda Adriano Capir e Júlia Nangueve Capir.

E pela 4.ª, 5.ª e 6.ª outorgantes foi dito:

Que, aceitam e agradecem a sua admissão na sociedade.

Que, em consequência do sucedido, depois do aumento do capital social ter dado entrada na caixa social, pela presente escritura, alteram a redacção dos artigos 1.º, 3.º e 4.º do pacto social, dando aos mesmos as seguintes novas redacções:

#### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «João Fernando Capir & Filhos, Limitada», «Jofecafilda», com sede em Benguela, na Rua Governador Silvino Silvério Marques, s/n.º, Bairro do Dokota, podendo abrir filiais, sucursais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

#### ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o exercício do comércio geral, agro-pecuária, construção civil e obras públicas, indústria extractiva e de transformação, hotelaria e turismo, transportes, prestação de serviços, pesca, formação profissional e académica, assistência técnica, representações comerciais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

#### ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é no montante de Kz: 50.000.000,00, divi-

dido e representado por sete quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 44.000.000,00, pertencente ao sócio João Fernando Capir e seis quotas iguais no valor nominal de Kz: 1.000.000,00, cada uma, pertencentes aos sócios Claudeth Adriana Capir Segunda, Osvaldo Adriano Capir, Ruth Esmeralda Kaleka Capir, Elizabeth Julieta Kaleka Capir, Lídia Deolinda Adriano Capir e Júlia Nangueve Capir.

Está conforme.

Cartório Notarial da Comarca do Lobito, aos 20 de Janeiro de 2014. — O Ajudante Principal de Notário, *Abraão Belo Cassinda Paulo*.  
(14-1343-L01)

#### Agro-Pecuária dos Veteranos da Pátria, S. C. R. L

Certifico que, no dia 14 de Janeiro de 2014, nesta Cidade de Luanda e no 2.º Cartório Notarial desta Comarca, a cargo de Visitação de Fátima Simões Xavier Belo Andrade, Pós Graduada em Registos e Notariado, perante mim Ana Hirondina de Sousa Micolo, Licenciada em Direito, Notária de 3.ª do referido Cartório em exercício, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — António Bandula Ngonga, solteiro, maior, natural de Calandula, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, Rua São Tiago, Casa n.º 2-A, Bairro Hoji-ya-Henda-Cazenga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000393415ME034, emitido em Luanda, aos 27 de Maio de 2011, que outorga neste acto por si individualmente, e ainda como procurador de Baptista Adão Correia, solteiro, maior, natural de Maianga, Luanda, onde habitualmente reside, no Bairro Cassequel, Rua 49, Casa n.º 6, Zona 9, Maianga; Augusto Fernandes Armando Cuxa, solteiro, maior, natural de Nambuangongo, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, Bairro Alvalade, Maianga, Rua Ho Chi Min, Casa n.º 42; Francisco Cotovia Oliveira, solteiro, maior, natural de Quilenda, Província de Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, Bairro 4 de Abril, Viana, Rua 5, Casa n.º 82; Venância Gomes da Costa Mutepe, casada, natural de Rangel, Província de Luanda, onde habitualmente reside, Bairro Regedoria, Viana, casa s/n.º;

*Segundo:* — Baptista Manuel, solteiro, maior, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, Casa n.º 5, Zona 20, Subzona 12, Bairro Golf II, titular do Bilhete de Identidade n.º 000613367UE031, emitido em Luanda, aos 19 de Novembro de 2013, que outorga neste acto por si, individualmente e ainda como procurador de Domingos Armando Félix Pombal, casado, natural de Icolo e Bengo, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, Bairro Operário, Sambizanga; Francisco João Baptistas Kilulo, solteiro, maior, natural de Maianga, Província de Luanda, onde habitualmente reside, Bairro Prenda-Maianga, Casa n.º 31, Zona 6; Francisca Salandjina, solteira, maior, natural de Ganda, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, Bairro Miramar, Sambizanga, Rua Fêo Torres, n.º 59, Zona 13; Violante Francisco Neto Fortunato, casada,

natural de Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde habitualmente reside, Bairro Maianga, Rua Pires de Menezes, n.º 134; Terceiro: — Douglas Sindo Evais Kansas, solteiro, maior, natural de Ingombota, Província de Luanda, onde habitualmente reside, Casa n.º 80, Zona 20, Subzona 13, Bairro Kilamba Kiaxi, titular do Bilhete de Identidade n.º 000102658LA020, emitido em Luanda, aos 11 de Setembro de 2013, que outorga neste acto por si, individualmente e ainda como procurador de Paulo Yano da Rosa, solteiro, maior, natural de Lucapa, Província da Lunda Norte, residente habitualmente em Luanda, Bairro Morro Bento, Samba, casa s/n.º, Zona 3; Justina Nicolau da Silva, solteira, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde habitualmente reside, Viana, Rua Comandante Bula, Bloco n.º 10, Apartamento 1 R; Gouveia Afonso, solteiro, maior, natural de Sanza Pombo, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, Bairro Golf I, Kilamba Kiaxi, Casa n.º 14, 3.º andar, Zona 20, e;

Maria Luiza Baptista, solteira, maior, natural de Ingombota, Província de Luanda, onde habitualmente reside, Bairro Nelito Soares, Rangel, Largo Camilo Pessanha, n.º 12;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos documentos de identificação já acima referidos, bem como certifico a qualidade em que respectivamente intervêm, tendo poderes para o acto, pelas procurações que no final menciono e arquivo.

E, disseram:

Que, pela presente escritura usando dos poderes que lhes foram conferidos e em conformidade com o que acordaram constituem entre si, e seus representados uma cooperativa que adopta a denominação de «Cooperativa Agro-Pecuária dos Veteranos da Pátria, S. C. R. L.», com sede social em Luanda, Município da Samba, Comuna do Ramiro, casa s/n.º, cujo objecto é o que consta do artigo 3.º do seu estatuto.

O capital social mínimo é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro.

A cooperativa reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2, do Artigo 55 da Lei de Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial que fica a fazer parte integrante desta escritura que os outorgantes declararam haver lido conhecer o seu conteúdo pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo:

- o documento complementar mencionado no teor da escritura devidamente rubricado por eles outorgantes e por mim notário;
- Certificado de admissibilidade passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 2 de Julho de 2013;
- comprovativo de depósito efectuado no Banco BIC.

Aos outorgantes fiz em voz alta e na presença simultânea de todos a leitura desta escritura a explicação do seu conteúdo e advertência de que deverão proceder ao registo dentro do organismo competente.

Assinaturas: António Bandula Ngonga, Baptista Manuel e Douglas Sindo Evais Kansas.

A Notária em exercício, *Ana Hirondina de Sousa Micoló*.

## ESTATUTOS COOPERATIVA AGRO - PECUÁRIA DOS VETERANOS DA PÁTRIA, S. C. R. L.

### CAPITULO I

DENOMINAÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO, SEDE, FÓRUM, ÁREA DE ACÇÃO

#### ARTIGO 1.º

(Disposições gerais)

A «Cooperativa Agro-Pecuária dos Veteranos da Pátria, S. C. R. L.» surge por vontade própria dos membros, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento económico e social da comunidade, de duração indeterminada, com sede provisório e Fórum em Luanda, Município da Samba, Comuna do Ramiro, casa s/n.º, podendo abrir filiais dentro do território nacional, onde convenha aos negócios sociais da cooperativa.

#### ARTIGO 2.º

(Natureza Jurídica)

A Cooperativa é uma pessoa colectiva dotada de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

#### ARTIGO 3.º

(Constituição)

A Cooperativa é constituída por 15 membros fundadores.

#### ARTIGO 4.º

(Objectivos)

1. O objecto social da Cooperativa é o exercício da actividade agrícola e pecuária, podendo no entanto, dedicar-se a qualquer outro ramo do negócio ou comércio, desde que sejam permitidos por lei e os membros concordem.

2. Para o correcto desenvolvimento do seu objecto social, a Cooperativa poderá participar no capital social de outras sociedades, com objectivo social diferente, associar-se a pessoas singulares ou colectivas, ou ainda a qualquer agrupamento colectivo.

#### ARTIGO 5.º

(Capital)

1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), integralmente realizado em moeda nacional, e acha-se dividido por 200 (duzentas) acções, distribuídas aos membros, em função da percentagem de contribuição no capital inicial.

#### ARTIGO 6.º

(Jóias)

1. A contribuição mensal em jóias por cada acção é o equivalente a Kz: 500,00 (quinhentos kwanzas), podendo ser alterado, por decisão da maioria dos membros;

2. Os valores resultantes das contribuições em jóias, serão utilizados nas despesas correntes, relativos a organização e funcionamento da Cooperativa;
3. As contribuições em jóias, não são reembolsáveis.

## CAPÍTULO II Dos Membros

### ARTIGO 7.º (Admissão de membros)

- a) O número de membros será ilimitado, mas não deverá ser inferior a 15;
- b) Podem ser membros, todas as pessoas que se revêm nos objectivos e ideias cooperativos, e que aceitam os estatutos e programas da cooperativa.

### ARTIGO 8.º (Categoria de membros)

Os membros da Cooperativa, podem ter as seguintes categorias:

- a) Membros fundadores;
- b) Membros efectivos;
- c) Membros honorários.

### ARTIGO 9.º (Membros fundadores)

1. São membros fundadores, todas as pessoas que tenham subscrito a acta da constituição da Cooperativa.

### ARTIGO 10.º (Membros efectivos)

São membros efectivos, todos aqueles que estão em pleno gozo dos seus direitos e deveres e aqueles que venham a ser admitidos.

(Membros Honorários) Poderá ser atribuída a categoria de membros honorários da cooperativa, as individualidades que tenham contribuído de forma relevante para a constituição da Cooperativa.

### ARTIGO 12.º (Condições de admissão de membros)

O regulamento interno, definirá as condições e procedimentos para a admissão de membros.

### ARTIGO 13.º (Deveres dos membros)

- Os membros da cooperativa, têm os seguintes deveres:
- a) Conhecer e cumprir com os estatutos e os regulamentos da cooperativa;
  - b) Contribuir para o bom funcionamento da cooperativa;
  - c) Contribuir para o cumprimento dos planos de produção e dos compromissos assumidos;
  - d) Racionalizar a utilização dos meios técnicos postos a sua disposição, para o aumento constante da capacidade e da produtividade;
  - e) Pagar pontualmente as suas quotas;
  - f) Desempenhar com zelo e dedicação as funções para as quais for eleito ou indicado.

### ARTIGO 14.º (Direito dos membros)

1. Os membros da Cooperativa, têm os seguintes direitos:
  - a) Participar nas Assembleias Gerais da cooperativa;
  - b) Eleger e ser eleito para os cargos de direcção;
  - c) Direito a todos os serviços, benefícios e outros bens conferidos pela cooperativa;
  - d) Recorrer de qualquer sanção que contra ele tenha sido aplicada.
2. Os membros honorários gozam de todos os direitos enumerados no artigo anterior, com excepção do disposto na alínea b).

### ARTIGO 15.º (Perda da qualidade de membro)

1. A qualidade de membro perde-se nas seguintes condições:
  - a) Por cessão ou alienação de todas quotas;
  - b) Por exclusão;
  - c) Por morte.
2. A cessão ou alienação de acções entre os membros é livre, mas quando feita a estranhos, carece sempre do consentimento da Assembleia Geral, a qual, é reservado o direito de preferência aos membros.
3. A exclusão dos membros, por exercício de actividade considerada prejudicial a cooperativa ou práticas que desabone a mesma, é da competência da Assembleia Geral.

### ARTIGO 16.º (Aquisição e alienação)

A Cooperativa poderá por deliberação da Assembleia Geral e de acordo com a lei, adquirir e alienar acções a sociedades comerciais ou realizar outras operações que se mostrem convenientes para prossecução dos seus interesses sociais.

## CAPÍTULO III Do Património e dos Fundos

### ARTIGO 17.º (Património)

O Património da Cooperativa, é constituído por todos os bens adquiridos, devendo em cada ano ser actualizado o respectivo inventário.

### ARTIGO 18.º (Dos fundos)

1. Os fundos da cooperativa, provêm essencialmente de:
  - a) Jóias e quotizações dos membros;
  - b) Subsídios donativos ou doações de entidades públicas ou privadas angolanas ou estrangeiras, e todos os bens que a cooperativa adquirir a título gratuito ou oneroso e prestação de serviços a terceiros;
  - c) Rendimento de bens móveis e imóveis adquiridos para o seu funcionamento e instalação ou os rendimentos provenientes do investimento dos seus bens próprios visando a materialização dos seus objectivos.



## CAPÍTULO IV Dos órgãos sociais

### SECÇÃO I

#### ARTIGO 19.º (Órgãos sociais)

1. Os Órgãos Sociais da cooperativa são:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Administração;
- c) Conselho Fiscal.

### SECÇÃO II

#### ARTIGO 20.º (Assembleia Geral)

Assembleia Geral é o Órgão Supremo da Cooperativa, as suas decisões são tomadas de harmonia com os presentes estatutos.

#### ARTIGO 21.º (Convocação da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral, quando a lei não preveja outras formalidades, será convocada por meio de carta registada ou convocatória afixada na vitrina, dirigida aos membros ausentes do local da sede social.

2. A convocação deverá ser feita com a dilatação de tempo suficiente, para os destinatários tomarem conhecimento e comparecerem a tempo.

#### ARTIGO 22.º (Competência da Assembleia Geral)

1. Compete à Assembleia Geral:

- a) Aprovar e alterar os estatutos e o regulamento interno e demais regulamentos que achar convenientes, cuja decisão deverá ser aprovada por maioria de 2/3;
- b) Aprovar o plano geral de actividades e o orçamento anual da cooperativa;
- c) Aprovar e votar o relatório de balanço e contas anuais da cooperativa;
- d) Deliberar sobre os recursos de decisões tomadas pelo Conselho de Administração;
- e) Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- f) Deliberar sobre quaisquer questões que lhe sejam submetidas pelos órgãos sociais;
- g) Conciliar as divergências que venham a surgir entre os membros.

2. As decisões tomadas em assembleia, vinculam a todos os membros, ainda que ausentes ou discordantes.

#### ARTIGO 23.º (Mesa da Assembleia Geral)

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos em Assembleia Geral.

#### ARTIGO 24.º (Competência do Presidente)

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- a) Convocar a Assembleia Geral e dirigir os seus trabalhos, podendo ser substituído na sua ausência ou impedimentos, pelo Vice-Presidente;
- b) Dar posse aos órgãos sociais;
- c) Assinar as actas das sessões da Assembleia Geral.

#### ARTIGO 25.º (Competência do Secretário)

Compete ao Secretário da Mesa:

- a) Redigir e assinar as actas da Assembleia Geral;
- b) Praticar todos os actos de administração necessária ao bom funcionamento e eficiência da Assembleia Geral.

#### ARTIGO 26.º (Reuniões)

1. A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário nos termos do presente estatuto.

2. A Assembleia Geral é convocada por carta assinada pelo seu Presidente com uma antecedência mínima de 45 dias para assembleia ordinária e de 15 para a extraordinária;

3. A Assembleia Geral considera-se legalmente constituída, com a presença de pelo menos metade dos seus membros;

4. Se à hora marcada para a reunião não estiver presente ou representado o número legal de membros, a assembleia funcionará meia hora depois com o número dos membros presentes;

5. Exceptuam-se do disposto no número anterior, as assembleias destinadas a alteração dos estatutos e dissolução da Cooperativa;

6. As deliberações sobre alterações do estatuto exigem o voto favorável de 2/3 dos membros efectivos.

#### ARTIGO 27.º (Eleições)

O regulamento interno da cooperativa definirá as normas a adoptar para a realização de eleições.

### SECÇÃO III

#### ARTIGO 28.º (Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração é o órgão que implementa o plano geral da Cooperativa.

#### ARTIGO 29.º (Composição)

O Conselho de Administração é constituído por um Presidente, Um Vice-Presidente e dois Secretários.

#### ARTIGO 30.º (Gestão e Administração)

1. A gestão e administração da Cooperativa é da responsabilidade do Conselho de Administração, eleito em

Assembleia Geral, sendo o presidente nomeado, dispensado de caução, bastando a sua assinatura para vincular validamente a Cooperativa em todos os actos e contratos.

2. O Presidente poderá delegar a outro membro ou pessoa estranha à Cooperativa, mediante procuração, todos ou alguns dos seus poderes de gestão.

3. Fica vedado ao Presidente ou seus mandatários, vincular a Cooperativa em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

**ARTIGO 31.º**  
(Funcionamento)

1. O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente de 30 em 30 dias, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu presidente ou a pedido de dois dos seus membros.

2. Poder-se-á criar outros órgãos e cargos necessários à administração da cooperativa, com a aprovação da Assembleia Geral.

**ARTIGO 32.º**  
(Competências do Presidente)

Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração,
- b) Representar a Cooperativa em todos os fóruns;
- c) Assinar cheques e outros documentos que obriguem a cooperativa, conjuntamente com o Vice-Presidente ou outro responsável autorizado para o efeito;
- d) Exercer as demais atribuições que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral.

**ARTIGO 33.º**  
(Competências do Conselho de Administração)

- a) Representar a Cooperativa em juízo e fora dele;
- b) Assegurar a funcionalidade da Cooperativa, propondo a contratação do pessoal técnico e administrativo quando for necessário;
- c) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais estatutárias, bem como as deliberações da Assembleia Geral;
- d) Colaborar com os organismos do estado na prossecução dos interesses da cooperativa;
- e) Publicitar os produtos e as metas de produção atingidas pela cooperativa;
- f) Assegurar o cumprimento do regulamento interno e compromissos assumidos;
- g) Conciliar as divergências que venham a surgir entre os membros;
- h) Aprovar projectos de desenvolvimento produtivo da cooperativa;
- i) Adquirir, arrendar ou alienar, mediante parecer do Conselho Fiscal e aprovação da Assembleia Geral, os bens móveis e imóveis que se mostrem

do interesse para a execução das actividades da cooperativa;

j) Propor a alteração dos estatutos e do regulamento interno da cooperativa.

k) Submeter a Assembleia Geral os assuntos que não sejam da sua competência.

i) Propor a Assembleia Geral, o estatuto remuneratório do pessoal do Conselho Administrativo.

**SECÇÃO IV**  
**Conselho Fiscal**

**ARTIGO 34.º**  
(Funções)

O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização das actividades da cooperativa.

**ARTIGO 35.º**  
(Composição)

O Conselho Fiscal é composto por três membros, sendo um presidente, um secretário e um vogal.

**ARTIGO 36.º**  
(Competências)

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar as actividades da Cooperativa;
- b) Emitir parecer sobre o relatório de contas de exercício e de orçamento, bem como sobre as operações financeiras a desenvolver pelo Conselho de Administração;
- c) Emitir parecer sobre o relatório, balanço e as contas do exercício, o plano das actividades e orçamento para o ano seguinte;
- d) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral;
- e) Verificar o cumprimento dos estatutos e do regulamento interno.

**ARTIGO 37.º**  
(Funcionamento do Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal reúne-se em sessões ordinárias e extraordinárias.

2. As reuniões ordinárias do Conselho Fiscal terão, pelo menos, periodicidade trimestral.

3. O Conselho Fiscal reunir-se-á extraordinariamente sempre que o presidente a convoque ou a pedido da maioria dos seus membros efectivos.

4. O Conselho Fiscal só poderá tomar deliberações com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

5. Será lavrada acta de cada sessão do Conselho Fiscal na qual se indicarão os nomes dos presentes e as deliberações tomadas.

**ARTIGO 38.º**  
(Competência do Presidente do Conselho Fiscal)

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal

1. Convocar e dirigir as reuniões do Conselho Fiscal;
2. Assinar o parecer do relatório de contas apresentado pelo Conselho de Administração;
3. Exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral.

ARTIGO 39.º  
(Competência do Secretário)

- a) Auxiliar o presidente durante as reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Elaborar as actas das reuniões;
- c) Assinar conjuntamente com o presidente as actas das reuniões;
- d) Cumprir com outras tarefas que lhe sejam incumbidas.

CAPÍTULO V  
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 40.º  
(Amortizações)

A Cooperativa tem o direito de amortizar as acções ou quota de qualquer membro, quando sobre ela recaia penhora, arresto ou qualquer providência cautelar, ou ainda as acções ou quotas dos membros, que no futuro, individualmente ou associado com outrem, venha exercer outros negócios iguais ou semelhantes do exercido pela cooperativa.

ARTIGO 41.º  
(Lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidos as percentagens legais para os fundos de reserva e funcionamento e outras previstas no regulamento ou com destinos especiais criados em Assembleia Geral, os restantes serão distribuídos aos membros na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 42.º  
(Símbolos)

A Cooperativa terá como símbolos, um emblema, aprovada pela Assembleia Geral e será utilizada de acordo com o estabelecido no regulamento interno.

ARTIGO 43.º  
(Dissolução e liquidação)

1. A cooperativa não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer membro, continuando com os sobreviventes capazes de fazer funcionar a mesma e com os herdeiros ou representantes do membro falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto as acções ou quotas se mantiver activas;

2. Dissolvida a cooperativa por acordo dos membros e nos demais casos legais, todos os membros são liquidatários;

3. Quanto à liquidação e partilha, proceder-se-á como foram acordados;

4. Na falta de acordo e se algum dos membros pretender a aquisição dos activos, serão os activos sociais licitados, incluindo a obrigação de pagar o passivo, sendo a adjudicação feita aos membros que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 44.º  
(Dúvidas e omissões)

Os casos de dúvida e omissões resultantes da interpretação deste estatuto, serão resolvidas pela Assembleia Geral.

Aprovada pela Assembleia Constituinte, aos 12 de Setembro de 2012.

O Presidente, António Bandula Gongga.

O Vice-Presidente, Baptista Manuel

O Secretário, Douglas Sindu Evair Kansas.

É certidão que fiz extrair, vai conforme o original a que me reporto.

2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, aos 22 de Janeiro de 2014. — A 1.ª Ajudante de Notário, *Isabel Luis de Sousa Neto Lúcio*.

(14-1341-L01)

Direito de Superfície que entre si fazem o Governo da Província de Luanda e Transon, Limitada

Augusto Domingos Inglês, na qualidade de notário privativo do Governo Provincial de Luanda;

Certifico que, existe lavrada de folhas cento e 93 a folha 197, do Livro de Escritura de direito de superfície n.º 1 barra 2006, uma escritura de constituição do Direito de superfície cujo averbamento tem o seguinte teor:

036/2006: Escritura do Direito de Superfície que entre si fazem o Governo da Província de Luanda e Transon Limitada.

Aos 13 dias de Março do ano de 2006, nesta Cidade de Luanda, perante mim, Gracione Paulo, Licenciado em Direito, Director do Gabinete Jurídico do Governo da Província de Luanda, no exercício de funções notariais, nos termos da alínea d) do artigo 3.º do Código de Notariado, compareceram;

*Primeiro:* — De uma parte, como proprietário, o Governo da Província de Luanda, representado pelo seu Governador, Job Pedro Castelo Capapinha, nomeado por Decreto Presidencial n.º 8/05, de 27 de Janeiro, publicado no Diário da República n.º 12, 1.ª Série, casado, natural de Icolo e Bengo, Província do Bengo, residente nesta cidade na Rua 12, Zona 6, Bairro Cassenda, Casa n.º 64, Município da Maianga;

*Segundo:* — De outra parte como superficiário a «Transon, Limitada», representada, neste acto pela sua gerente, Cesaltina Augusto Sebastião Pedro, casada, natural do Kilamba-Kiayi, Província de Luanda, portadora do Bilhete de Identidade, n.º oitenta e três mil, novecentos e trinta e sete LA zero vinte e dois, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 16 de Agosto de 2001, residente nesta cidade, na Avenida Comandante Dak Doy, Casa n.º 13, Zona 2, Bairro Azul, Município da Ingombota;

Verifiquei a identidade e suficiência de poderes do primeiro outorgante, por ser do meu conhecimento pessoal, e a identidade da segunda outorgante, pela exibição da fotocópia do bilhete de identidade do seu representante já mencionado.

E pelo primeiro outorgante foi dito:

Que o seu representado, Governo da Província de Luanda, é dono e legítimo possuidor de um prédio rústico,

descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número quatro mil, quatrocentos e sessenta a folhas cento e cinquenta e nove, do livro B n.º dezassete, sito na Comuna de Camama, Município do Kilamba-Kiaxia, com a área de cem mil metros quadrados e possui as seguintes confrontações:

Norte: com talhão projectado, partindo do ponto de coordenadas (52523.898; 39203.550) e (52524.229; 39003.550), na extensão de duzentos metros.

Sul: com talhão projectado, partindo do ponto de coordenadas (53023.897; 39204.377) e (53024.228; 39004.377), na extensão de duzentos metros.

Este: Com rua projectada, partindo do ponto de coordenadas (52524.229; 39003.550) e (53024.228; 39004.377) na extensão de quinhentos metros.

Oeste: com Talhão projectado, partindo do ponto de coordenadas (52523.898; 39203.550) e (53023.897; 39204.377), na extensão de quinhentos metros.

Que o referido prédio rústico veio ao domínio do Estado, por haver sido confiscado, à firma Gomes & Irmão, Limitada, nos termos do Decreto n.º 95/77, publicado no Diário da República n.º 308, 1.ª série, de 31 de Dezembro, e posse do Governo da Província por transferência do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, cuja inscrição foi já requerida à conservatória do registo predial de Luanda

Que o Governo da Província de Luanda institui a favor do segundo outorgante, e este aceita nas condições a seguir exaradas, o direito de superfície sobre a parcela de terreno já identificada.

Que o direito de superfície é atribuído em kwanzas à razão de cinquenta cêntimos de dólares americanos por metro quadrado, totalizando cinquenta mil dólares americanos, equivalente a quatro milhões, duzentos e cinquenta mil kwanzas.

Que o valor global da constituição do direito de superfície será pago na sua totalidade no acto de assinatura da presente escritura.

Que o pagamento será efectuado no Banco Africano de Investimento, na conta do Governo da Província de Luanda, mediante guia de depósito emitida pela Secretaria deste Governo.

Que a atribuição do Direito de Superfície é feita pelo prazo de 60 anos, contados a partir de hoje, podendo o Governo da Província de Luanda, prorrogar por uma ou mais vezes e por iguais períodos, o prazo de duração do direito de superfície, contanto que nenhuma das partes notifique a outra intenção contrária com antecedência mínima de um ano do termo do primeiro prazo.

Que o direito de superfície é alienável por título oneroso ou gratuito, transmissível por sucessão e susceptível de hipoteca, constitui propriedade imperfeita e está sujeita a registo.

Que a referida parcela destina-se à construção de edifício multi-uso, conforme consta do plano de massa da referida área.

#### CONDIÇÃO 1.º

1. A submeter à aprovação do Governo da Província de Luanda, o projecto urbanístico de aproveitamento do referido terreno no período de seis meses;

2. A aproveitar de forma útil e efectiva o terreno ora concedido, no prazo mínimo de 3 anos, a contar da presente data, sob pena de reversão do direito de superfície a favor do Estado;

3. A conservar o imóvel como faria o proprietário prudente.

4. A reconstruir o imóvel no caso de destruição, dentro dos prazos que lhe forem fixados.

5. A solicitar ao Governo da Província de Luanda, prévia autorização para alienar ou onerar o direito de superfície.

#### CONDIÇÃO 2.º

São assegurados à superficiária os seguintes direitos:

1. A propriedade do imóvel a ser construído enquanto o direito de superfície lhe pertencer.

2. A preferência na nova constituição do Direito de Superfície, se este se extinguir e na alienação da propriedade do terreno.

3. A ser indemnizada se findo o prazo porque foi constituído o direito de superfície, e este não for renovado, ou se não puder ou quiser adquirir o direito de propriedade, ou quando a reversão se der se ao edifício a superficiária der aplicação diversa da convencionada;

4. A indemnização a que se refere o n.º 3 desta condição, consistirá no valor do edifício ao tempo em que a indemnização se calcular, tomando como base o custo da construção a esse tempo, descontando-se as depreciações derivadas do mau estado de conservação e outras causas;

#### CONDIÇÃO 3.º

O Direito de Superfície reverte-se para o Governo da Província de Luanda, sem qualquer indemnização se no caso de destruição do imóvel a superficiária não os reconstruir dentro do prazo que lhe for fixado pelo Governo da Província de Luanda.

#### CONDIÇÃO 4.º

Com a extinção do Direito de Superfície, caducam os direitos e ónus reais bem como os arrendamentos que a superficiária tiver constituído.

#### CONDIÇÃO 5.º

A superficiária não pode apropriar-se, no caso de reversão ou de extinção do Direito de Superfície, de parte integrante do edifício.

#### CONDIÇÃO 6.º

Em todo o omissso, observar-se-ão as disposições contidas na Lei de Terras, no Código Civil e demais legislação aplicável.

Pela segunda outorgante foi dito que, aceita as condições constantes da presente escritura.

Instrui este acto os seguintes documentos:

Processo composto por 20 folhas contendo: requerimento a solicitar a emissão do Direito de Superfície,

fotocópia da autorização de residência do seu representante e outros documentos.

Estes documentos ficam arquivados, para todos os efeitos, no Gabinete Jurídico do Governo da Província de Luanda.

Esta escritura vai ser assinada pelos outorgantes e comigo, depois de ter sido lida em voz alta e na presença dos mesmos a quem expliquei o conteúdo do que disseram ficar cientes.

Assinados: Job Pedro Castelo Capapinha, Cesaltina Augusto Sebastião Pedro Kandimba e Gracione Paulo.

Cartório Notarial Privativo do Governo Provincial de Luanda, em Luanda, aos 19 de Novembro de 2008. — O Notário, *Augusto Domingo Inglês*. (14-1348-L01)

### OCTOMAR — Serviços Marítimos, Limitada

Certifico que, de folhas 78 à 81 do livro de notas para escrituras diversas com o n.º 472-A, deste Cartório Notarial, encontra-se lavrada e registada a escritura de teor seguinte:

O Notário, Guimarães Martinho João da Silva.

Escritura de aumento de capital, cessão de quotas e alteração de sede social na sociedade «OCTOMAR — Serviços Marítimos, Limitada».

No dia 23 de Janeiro de 2014, no 4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, perante mim, Guimarães Martinho João da Silva, Notário, compareceu como outorgante:

Alexandre Carlos Rebocho Pessoa Vaz, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, titular do Bilhete de Identidade n.º 00128207OE033, emitido aos 6 de Abril de 2004, residente em Luanda, no Bairro Maculusso, Rua Kwamme Nkrumah, 181, em representação das sociedades «MARSUB — Trabalhos Submarinos, Limitada» - «Serviços Marítimos, Limitada», sociedade por quotas constituída ao abrigo das leis de Angola, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 1999-167, com o número de Identificação Fiscal 5401035870 e com sede em Luanda, Largo Bressano e Leite, n.º 13, e com o capital social de Kz: 12.000,00 (doze mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, e «Smit Terminais Europe, Limited», sociedade de direito inglês, com sede na Ilha de Man em 4th Floor, One Circular Road, Douglas, Ilha de Man, IM993NZ, e como representante do Arnaldo António Pereira do Lago de Carvalho, casado, natural de Kaála, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, na Rua Jaime Amorin n.os 194/196, distrito da Maianga, titular do B.I. n.º 001260514HO030 emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, aos 16 de Março de 2004.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo documento de identificação acima referido, bem como a qualidade e a suficiência dos poderes com que intervêm neste acto face às procurações que mais adiante menciono e arquivo.

Pelo outorgante foi dito:

Que conforme deliberação da Assembleia Geral da sociedade «Octomar», realizada aos 7 de Novembro de 2013, aumenta o capital social da sociedade «Octomar», do seu actual valor nominal de Kz: 12.000,00 (doze mil kwanzas) para Kz: 10.000.000,00 (dez milhões de kwanzas).

Que o valor do aumento de capital na «Octomar» é de Kz: 9.988.000,00 (nove milhões, novecentos e oitenta e oito mil kwanzas), realizado através da reserva legal e subscrito pelos actuais sócios na proporção das suas respectivas quotas, nomeadamente da seguinte forma:

A sócia «MARSUB - Trabalhos Submarinos, Limitada» participa no aumento de capital da sociedade «Octomar», através da incorporação da reserva legal no montante de Kz: 4.994.000,00 (quatro milhões novecentos e noventa e quatro mil kwanzas), passando assim a ser detentora e titular de uma participação social global de Kz: 5.000.000,00 (cinco milhões de kwanzas), correspondente a 50 % (cinquenta por cento) do capital social da «Octomar»; e

A sócia «Smit Terminais Europe Limited» participa no aumento de capital da sociedade «Octomar», através da incorporação da reserva legal no montante de Kz: 4.994.000,00 (quatro milhões e novecentos e noventa e quatro mil kwanzas), passando assim a ser detentora e titular de uma participação social global de cinco milhões de kwanzas, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital social da «Octomar».

Pelo outorgante foi dito ainda:

Que, no uso dos poderes que lhe foram conferidos os quais incluem os de fazer negócio consigo mesmo, na sequência do aumento de capital efectuado e da deliberação de 7 de Novembro de 2013, pela presente escritura as suas representadas «MARSUB — Trabalhos Submarinos, Limitada», e «Smit Terminais Europe, Limited» na qualidade de únicas sócias da «Octomar», procedem às seguintes divisões e cessões de quotas:

A sócia «MARSUB — Trabalhos Submarinos, Limitada» divide, para efeitos de cessão, a sua quota, com o valor nominal de Kz: 5.000.000,00 (cinco milhões de kwanzas) em duas novas quotas, distintas e com o valor nominal de Kz: 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil kwanzas), cada, que cede livre de quaisquer ónus e encargos pelo seu valor nominal, a primeira a si mesmo e a segunda a Arnaldo António Pereira do Lago de Carvalho, que deste modo são admitidas na sociedade como novos sócios.

A sócia «Smit Terminais Europe, Limited» divide, para efeitos de cessão, a sua quota, com o valor nominal de Kz: 5.000.000,00 (cinco milhões de kwanzas) em duas quotas distintas e com o valor nominal de Kz: 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil kwanzas), cada, que cede livre de quaisquer ónus e encargos pelo seu valor nominal, a si mesmo e a Arnaldo António Pereira do Lago de Carvalho, respectivamente.

Que, ainda de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 7 de Novembro de 2013, a sociedade «Octomar» prestou o seu consentimento à cessão de quotas acima verificada bem como que cada uma das suas representadas renuncia, respectivamente, aos direitos de preferência nas referidas cessões de quotas.



Que, aceita para si e para seu representado Arnaldo António Pereira do Lago de Carvalho», respectivamente, as cessões de quotas que lhe são feitas, nos seus exactos termos, passando assim o primeiro e segundo outorgantes a serem admitidos como os únicos sócios da sociedade «Octomar», e ainda que, por esta escritura, unificam as referidas quotas nos seguintes termos:

O novo sócio Arnaldo António Pereira do Lago de Carvalho unifica as duas quotas que lhe foram cedidas, no valor de dois milhões e quinhentos mil kwanzas cada, numa única quota com o valor nominal de cinco milhões de kwanzas; e

O novo sócio Alexandre Carlos Rebocho Pessoa Vaz unifica as duas quotas que lhe foram cedidas, no valor de dois milhões e quinhentos mil kwanzas cada, numa única quota com o valor nominal de cinco milhões de kwanzas.

Foi ainda dito pelo outorgante:

Que, na sequência da deliberação de 7 de Novembro de 2013 a «Octomar» altera a sua sede social, passando a mesma para a seguinte morada: Rua Joaquim Rodrigues Graça, n.ºs 115-117, Bairro Azul, Luanda.

Que em consequência dos actos precedentes, alteram os artigos 1.º e 4.º do pacto social da «Octomar» que passam a ter as seguintes redacções.

#### ARTIGO 1.º

A sociedade tem a sua sede social em Luanda, no Bairro Azul, Rua Joaquim Rodrigues da Graça, n.ºs 115-117.

#### ARTIGO 4.º

O capital social da sociedade é de Kz: 10.000.000,00 (dez milhões de kwanzas), nesta data equivalente a USD 100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América) integralmente realizados em dinheiro, e distribuído pelas seguintes 2 (duas) quotas:

- a) Uma quota no valor nominal de Kz: 5.000.000,00 (cinco milhões de kwanzas), nesta data equivalente a USD 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital da Sociedade pertencente ao sócio Arnaldo António Pereira do Lago de Carvalho; e
- b) Uma quota no valor nominal de Kz: 5.000.000,00 (cinco milhões de kwanzas), nesta data equivalente a USD 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital da Sociedade pertencente ao sócio Alexandre Carlos Rebocho Pessoa Vaz.

Assim disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Certidões do Registo Comercial das Sociedades;
  - (i) «MARSUB — Trabalhos Submarinos, Limitada»; e
  - (ii) «Smit Terminals Europe Limited»;
- b) Actas das sociedades;

- (i) «Octomar Serviços Marítimos, Limitada»,
- (ii) «MARSUB — Trabalhos Submarinos, Limitada»; e

- (iii) «Smit Terminals Europe Limited»;

c) Balanço da «Octmar»; e

d) Procuração da sociedade «MARSUB — Trabalhos Submarinos, Limitada», a favor de Alexandre Carlos Rebocho Pessoa Vaz e «Smit Terminals Europe, Limited» a favor de Arnaldo António Pereira do Lago de Carvalho.

Ao outorgante e na sua presença fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

O Notário, *Guimarães Martinho João da Silva*.

(14-1342-L01)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda

#### CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0013.131002;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Quiala Pedro António, com o NIF 2402360305, registada sob o n.º 2013.9540;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Quiala Pedro António;

Identificação Fiscal: 2402360305;

AP.10/2013-10-02 Matrícula

Quiala Pedro António, solteiro, residente em Luanda, Distrito do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf I, Casa n.º 27, Zona 20, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce actividades de outras actividades de serviços prestados, principalmente a construção geral de edifícios, tem escritório e estabelecimento denominado, «KIBOR — Prestação de Serviços», situado em Luanda, Distrito do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf I, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 3 de Outubro de 2013. — A Conservadora-Adjunta, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-1065-L07)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda

#### CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 8 do livro-diário de 2 de Fevereiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 7.639 a fls 14 do Livro B-65, se acha matriculada a comerciante em nome individual Ana da Conceição Muhongo, solteira, maior, residente em Luanda, Município da Samba, Bairro Futungo II, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos n.e., tem escritório e estabelecimento denominados «Organizações Ana Muhongo — Comercial», situados no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 6 de Fevereiro de 2012. — O conservador, *ilegível* (14-1296-L01)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda

#### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0014.130904;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Marques António Campos, com o NIF 2402359200, registada sob o n.º 2013.9441;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Marques António Campos;

Identificação Fiscal: 2402359200;

AP.4/2013-09-04 Matrícula

Marques António Campos, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Rangel, Bairro Nelito Soares, casa s/n.º, Zona 11, Rua da Estremadura, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce as actividades de comércio a retalho de bebidas e comércio a retalho de produtos alimentares não especificados e de tabaco, tem escritório e estabelecimento denominado, «Comércio Campos», situado no Município do Rangel, Bairro Nelito Soares, (ex. Vila Alice), nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 6 de Setembro de 2013. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*. (14-0551-L01)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda

#### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0007.131127;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Luís Santana Chagas, com o NIF 2402362405, registada sob o n.º 2013.9699;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Luís Santana Chagas;

Identificação Fiscal: 2402362405;

AP. 7/2013-11-27 Matrícula

Luís Santana Chagas, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro Rangel, Rua 8 de Novembro, Casa n.º 208, Zona 15, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce actividades de serviços prestados, tem escritório e estabelecimento denominados «Organizações L. Chagas», situados na Rua Cónego Manuel das Neves, Casa n.º 234, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 5 de Dezembro de 2013. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*. (14-0982-L01)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda

#### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.140109;
- Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Felismina Anastácio Ndala, com o NIF 2402362723, registada sob o n.º 2014.9824;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Felismina Anastácio Ndala;

Identificação Fiscal: 2402362723;

AP.2/2014-01-09 Matrícula

Felismina Anastácio Ndala, solteira, maior, residente em Luanda, Município do Rangel, Bairro CTT, Casa n.º 37, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce as actividades de serviços prestados, principalmente às empresas, tem escritório e estabelecimento denominados «FAN — Prestação de Serviços», situados no Bairro Neves Bendinha, Rua das Violetas, Bloco n.º 7, r/c, Casa n.º 6, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 9 de Janeiro de 2014. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*. (14-0547-L01)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda

#### CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito,  
Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 4 do livro-diário de 22 de Janeiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 9767, a fls. 17 do livro B-21, se acha matriculado o comerciante em nome individual Hermano Gonçalves da Costa David, casado, residente em Luanda, Bairro Patrice Lumumba, Largo do Cambambe, n.ºs 1 e 2, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio geral, actividade de padaria, pastelaria, restaurantes e casas pasto, tem escritório e estabelecimento denominado «MC — David Three In One», situado na Rua Marien Ngoabi n.º 194/196, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 22 de Janeiro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-1257-L01)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC

#### CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 8 do livro-diário de 16 de Agosto do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 1822 a fls. 117 verso do Livro B-5, se acha matriculada a comerciante em nome individual Ana Caetano da Silva Piedade, solteira, maior, residente em Luanda, Bairro Maculusso n.º 10, Zona 4, Município da Ingombota, que usa a firma o seu nome completo, exerce a actividade de comércio a retalho de testeis e de vestuário, tem o seu escritório e estabelecimento denominado «Ana Caetano da Silva Piedade — Comercial», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 16 de Agosto de 2013. — O conservador, *ilegível*. (14-1332-L01)

### Conservatória dos Registos da Comarca do Bié

#### CERTIDÃO

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 1 do livro-diário, de 25 de Março de 2013, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 613, folhas 147, do livro B-2, se acha matriculado o comerciante em nome individual Norberto Aurélio Sicato, solteiro, maior, residente no Bairro Piloto, casa sem número, Município do Kuito, Província do Bié, que usa a firma, o seu nome. Exerce a actividade de comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação,

prestação de serviço, consultoria e transporte. Tem escritório e estabelecimento denominação «FIRMA-NOAUSI — Comercial», sito no Bairro Piloto, Município do Kuito, Província do Bié.

Por ser verdade e me ter sido solicitado, se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada, assino e vai autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca, do Bié, Kuito, aos 28 de Março de 2013. — O conservador. *Aníbal Baptista Cirilo Lumati*. (14-0543-L01)

### Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla

#### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0012.140108;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual «S.J.S. — Corporation», com o NIF 2178002307, registada sob o n.º 2013.36;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

«S.J.S. — Corporation»;

Identificação Fiscal: 2178002307;

AP.3/2013-01-29 Inscrição

Proprietário: Silvestre Jurdão de Sá Adelino, solteiro, maior, residente na Província da Huíla, Município do Lubango, Bairro Comercial;

Firma: «S.J.S. — Corporation»;

Sede: Bairro Dr. António Agostinho Neto, Lubango;

Ramo de actividade: comércio geral a grosso e a retalho, transportes públicos e de carga, indústria, agro-pecuária, medicamentos e produtos agro-pecuários, comercialização de gado e seus derivados, construção civil e obras públicas, farmácia, turismo e hotelaria, catering, prestação de serviços, lavandaria, pronto-socorro, agência de viagens e turismo, salão de beleza, boutique, saneamento básico, transporte de inertes, venda de viaturas e seus acessórios, exploração florestal, curtumes de peles, representação de marcas, decoração de ventos, imobiliários e mobiliários, material informático, telecomunicações, recauchutagem, serviços de serralharia, mecânica, rent-a-car, oficinas, pesca, casa fotográfica, geologia e minas, serviços de segurança, design, creche assistência médica e medicamentosa, importação e exportação;

Gerência: exercida pelo próprio.

Forma de obrigar: pela sua assinatura.

Início da actividade: 24 de Julho de 2012.

AP.4/2013-01-29 inscrição

Averbamento n.º 1:

A firma refere-se a comerciante em nome individual e não a uma sociedade como indicado na folha n.º 1, alínea c).

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla, aos 8 de Janeiro de 2014. — A Conservadora-Adjunta, *Emília Albertina Cacuhu*. (14-0545-L01)

## Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla

### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0003.120910 em 10 de Setembro de 2012;
- Que foi extraída dos registos respeitantes à sociedade comercial denominada «Rita Fernanda de Paiva Azevedo», com a Identificação Fiscal n.º 2171049308, registada sob o n.º 2011.2738;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Rita Fernanda de Paiva Azevedo;

Identificação Fiscal: 2171049308;

AP.1/2011-11-30

Constituição do comerciante em nome individual;

Início do comerciante em nome individual;

Rita Fernanda de Paiva Azevedo, solteira de 38 anos de idade, natural de Quipungo, Província da Huíla, residente no Lubango;

Firma: Rita Fernanda de Paiva Azevedo;

Nacionalidade: angolana;

Ramo de actividade: comércio geral, misto e a retalho, agro-pecuária, indústria, hotelaria, construção civil e obras públicas, terraplanagem, farmácia, importação e exportação;

Denominação do estabelecimento e escritório: «Rita Fernanda de Paiva Azevedo», situado no Município de Quipungo;

Início de actividade: 13 de Janeiro de 2002;

Ano: 2012, mês de Agosto;

Dia: 27.

Averbamento n.º 1: A requerimento de Rita Fernanda de Paiva Azevedo, foi declarada e autorizada o acréscimo das actividades tais como prestação de serviços, lavandaria, creche, konica, camionagem, salão de beleza, pesca, venda de material de informática, tecelagem, recauchutagem, promotora de eventos, perfumaria, tabacaria.

Anotação: 8 de Agosto de 2012.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla, no Lubango, aos 10 de Setembro de 2012. — A Conservadora, *Emília Albertina Cacuhu*.

(14-1289-L01)

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 28, do livro-diário de 28 de Janeiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3728/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Francisco Muculo Missula, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Rua 44, casa s/n.º, que usa a firma «FRANCISCO MUCULO MISSULA — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços de instalações, tem escritório e estabelecimento denominado «F.M.M. — Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Zona Verde, Rua 44, casa s/n.º.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 25 de Janeiro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.

(14-1324-L02)

## Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

### CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 28 de Janeiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3725/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual António José Pereira Leite da Costa, casado com Sofia Niurka Pinheiro da Silva da Costa, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Casa n.ºs 18/20, r/c, Zona 5, que usa a firma «A.J.P.L.C. — Investimentos e Clínica Dentária», exerce a actividade de saúde humana n.e., tem escritório e estabelecimento denominado «CLEAN DENTE — Clínica Dentária», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Kwamme Nkrumah, n.º 69, Apartamento 3-H.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 28 de Janeiro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.

(14-1325-L02)

## Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

### CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 50 do livro-diário de 28 de Janeiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

## Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

### CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que, sob o n.º 3.729/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Silva José Quitanda, casado com Victória Manuel Suende Mendes Quitanda, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, Município do Sambizanga, Bairro Sambizanga, casa s/n.º, Zona 13, que usa a firma «Silva José Quitanda — Comercial», exerce a actividade de comércio a retalho, tem escritório e estabelecimento denominado «Quitanda — Comercial», situado em Luanda, Distrito do Sambizanga, Bairro Sambizanga, Rua Luegi Ankonda, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 28 de Janeiro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-1326-L02)

### Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

#### CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 60 do livro-diário de 28 de Janeiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3.730, se acha matriculada a comerciante em nome individual Neusa de Fátima Afonso Mateus Mayer, casada com Nelson Bráulio Martins Mayer, sob o regime de comunhão adquiridos, residente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua 20, Bloco 48, 4.º andar, Apartamento 19, usa a firma «N.F.A.M.M. — Prestação de Serviços», exerce actividade de comércio a retalho de têxteis e de vestuário, actividades de salões de cabeleiro e institutos de beleza, tem escritório e estabelecimento denominado «NM. — Comércio e Prestação de Serviços», situado em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua 20, Bloco 48.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único, aos 28 de Janeiro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-1327-L02)

### Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

#### CERTIDÃO

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 4, do livro-diário de 7 de Fevereiro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3.752/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual Antonica Mundanda, solteira, maior, residente em Luanda, Município do Rangel, Bairro Nelito Soares, Casa n.º 15, Zona 11, que usa a firma «Antonica Mundanda — Comercial», exerce a actividade de cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio, tem escritório e estabelecimento denominado «Cozinha Mundanda — Comercial», situado em Luanda, Município do Rangel, Bairro Nelito Soares, Casa n.º 15, Zona 11.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 7 de Fevereiro de 2014. — A conservadora de 3.ª classe, *ilegível*. (14-1642-L02)

### Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge

#### CERTIDÃO

José Tuti, Conservador de 1.ª Classe dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do diário, de 12 do corrente mês e ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 263, as folhas 132, do Livro n.º 1-C, se acha matriculado o comerciante em nome individual de Kabuiko Ndoda, solteiro, maior, residente no Uíge, Bairro Mbemba Ngango, Rua A, Casa n.º 23, usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio por grosso e a retalho não especificado, situação do escritório e estabelecimento denominado «Kabuiko Ndoda», sito no Município do Negage, Rua B.

Por ser verdade, mandei passar a presente certidão, que depois de conferida e revista, assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge, aos 13 de Setembro de 2006. — O conservador substituto, *ilegível*. (14-1344-L01)

### Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico

#### CERTIDÃO

Alberto Chicomba, Conservador dos Registos da Comarca do Moxico.

Certifico que, as fotocópias, de 1 a folha 1, verso.

Estão conforme os originais, e foram por mim numeradas e rubricadas, levando aposto o selo branco desta Conservatória.

1. Foi requisitada sob n.º 1 em 17 de Julho de 2013.
2. São respectivamente, o teor(es) da(s) descrição(ões) e da(s) inscrição(ões) de titularidade e dos encargos em vigor, tudo respeitante a Prédio n.º 990, da Ficha n.º 91.
3. São respectivamente, o(s) teor(es) da(s) descrição(ões) e da(s) inscrição(ões) de titularidade e dos encargos em



vigor, tudo respeitante da Ficha n.º 91, do Município do Moxico.

4. Que foi extraída as requisições de registos apresentados sob o n.º 1 em 17 de Julho de 2013, que serviram de base aos registos.

Descrições — Averbamento — Anotações

Urbano — de carácter definitivo, com as fundações de alvenaria de pedra, paredes de alvenaria de tijolo, pavimentos mistos de tacos de madeira e marmorite polido, tectos de fibrocimento liso e cobertura de chapas de fibrocimento ondulado com as seguintes divisões: 2 quartos, sala comum, cozinha, varanda anterior, abrigo para auto, 2 instalações sanitárias e quarto de serviço.

Confronta à Norte com Silva Luís Saienga; Sul, com a Rua n.º 90; Este, com Rosa Bela Jardim dos Santos e Oeste, com Teresa Lúcia Teixeira.

O Prédio ocupa uma área de 120m². Está inscrito na Matriz Predial Urbano sob n.º 1536.

Inscrições — Averbamentos — Anotações

Ap.2/10/07/2013

Inscrito a favor de José Carlos Afonso Muvembe, no domínio do Prédio descrito sob n.º 990, a Ficha n.º 91.

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico no Luena, aos 17 de Julho de 2013. — O Conservador, *Alberto Chicomba*. (14-1347-L01)

#### Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga

##### CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0007.130412;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Jorge Joaquim Ramos, com o NIF 2453015273, registada sob o n.º 2013.1686;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Jorge Joaquim Ramos;

Identificação Fiscal: 2453015273;

AP.7/2013-04-12 Matrícula

Jorge Joaquim Ramos, solteiro, maior, residente em Luanda, no Município do Cazenga, Bairro da Madeira, Rua dos Comandos, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de restaurantes com lugares ao balcão (snack-bares), tem escritório e estabelecimento denominado «Jorge Ramos — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga, aos 18 de Abril de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-09947-B01)

#### Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga

##### CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0005.130516;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Constantino Manuel Fortunato, com o NIF 2453017101, registada sob o n.º 2013.2027;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Constantino Manuel Fortunato;

Identificação Fiscal: 2453017101;

AP.5/2013-05-16 Matrícula

Constantino Manuel Fortunato, solteiro, maior, residente em Luanda, Município e Bairro Cazenga, Rua n.º 30, Casa n.º 6, Zona 18, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de cervejarias e bares, tem escritório e estabelecimento denominado «Constantino Fortunato — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga, aos 31 de Maio de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20439-B01)

#### Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga

##### CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0005.130515;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Rocha Luís, com o NIF 2453014854, registada sob o n.º 2013.2016;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Rocha Luís;

Identificação Fiscal: 2453014854;

AP.4/2013-05-15 Matrícula

Rocha Luís, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Santo António, Rua São Roque, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de cantina e fornecimento de refeições ao domicílio, tem escritório e estabelecimento denominado «Rocha Luís — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga, aos 31 de Maio de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20440-B01)